

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Gabriele dos Santos Bativa**

**CAMPOS DO JORDÃO:**  
**transição e transformação da fase sanatorial para estância turística**

**Taubaté**  
**2020**

**Gabriele dos Santos Bativa**

**CAMPOS DO JORDÃO:  
transição e transformação da fase sanatorial para estância turística**

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, Letras e Pedagogia da Universidade de Taubaté, como parte dos requisitos para a obtenção do título de licenciatura em História.

**Orientador:** Prof. Me. Armino Boll.

**Taubaté – SP  
2020**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi  
Universidade de Taubaté - UNITAU**

B333c Bativa, Gabriele dos Santos

Campos do Jordão : transição e transformação da fase  
sanatorial para estância turística / Gabriele dos Santos

Bativa. -- 2020.

55 f. : il.

Monografia ( graduação) - Universidade de Taubaté,  
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2020.

Orientação: Prof. Me. Armindo Boll, Departamento de  
Ciências Sociais e Letras.

1. Campos do Jordão (SP) – história. 2. Sanatórios - Campos  
do Jordão (SP). 3. Turismo – Campos do Jordão (SP). 4. Política  
brasileira. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências  
Sociais e Letras. Curso de História. II. Título.

CDD – 981

**GABRIELE DOS SANTOS BATIVA**

**CAMPOS DO JORDÃO:  
transição e transformação da fase sanatorial para estância turística**

Trabalho de Graduação apresentado para  
obtenção do Certificado de Graduação pelo  
Curso de História do Departamento de Ciências  
Sociais, Letras e Pedagogia da Universidade de  
Taubaté,  
Área de Concentração: História

DATA: \_\_\_\_\_

RESULTADO \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Me. Armindo Boll

(Universidade de Taubaté)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

(Universidade de Taubaté)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

(Universidade de Taubaté)

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que me deu o dom da vida e me abençoa todos os dias com seu amor infinito.

Ao professor e orientador Me. Armindo Boll, pela confiança, orientação e apoio. Obrigada por acreditar e enxergar mais do que eu era capaz.

Sou grata a FLUPP, Fundação Lúcia e Pelerson Penido, que acredita em meu potencial e que compartilha, junto a mim, a esperança de um mundo melhor através da educação. Muito obrigada!

A minha família, especialmente, a minha mãe por todas as orações e pelas palavras de incentivo e carinho. Agradeço ao meu pai pelo apoio e incentivo. Aos meus irmãos Roberto, Matheus, Marcos e Sofia; as minhas cunhadas, Valquíria e Marília; aos meus queridos e amados sobrinhos, Ricardo e Maitê.

Agradeço a todos os professores por proporcionarem não apenas o conhecimento, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no meu processo de formação profissional e, de modo especial, aos professores Edson Trajano Vieira e Moacir José dos Santos por aceitarem fazer parte da minha banca. Obrigada pela dedicação e por compartilharem aquilo que é mais valioso, o conhecimento.

A todos meus amigos, que contribuíram de forma valiosa para a minha formação pessoal e profissional. Meu eterno agradecimento pelos conselhos e palavras de apoio.

A esta universidade, a direção, ao pessoal da administração, da limpeza e demais colaboradores da instituição. Agradeço as meninas da biblioteca pelo carinhoso apoio. Aos motoristas, Igor e “Leite”, muito obrigada por garantirem minhas viagens em segurança e pelos momentos de espera. Agradeço ao Sr. Edmundo Rocha pela atenção e por ceder gentilmente algumas imagens presentes nesse trabalho.

A todos que colaboraram com a pesquisa e que, direta ou indiretamente, participaram da minha formação, muitíssimo obrigada!

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,  
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre  
aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a cidade de Campos do Jordão, localizada no interior do Estado de São Paulo. A história do território jordanense, assim como de outros locais, inicia-se como ambiente voltado para o tratamento da tuberculose que, posteriormente, foi reconfigurado como espaço turístico. Dessa maneira, a pesquisa tem como objetivo a compreensão do processo de desdobramento da cidade de local de saúde para local de lazer, o incentivo a atividade turística, em sua esfera nacional e local e as ações políticas e propagandísticas que contribuíram para a construção da imagem turística de Campos do Jordão. Para tanto, delimitamos a investigação no espaço temporal de 1926 a 1978, abordando nessa periodização a elaboração do turismo em território nacional e regional. Os resultados da pesquisa revelam que a consolidação da atividade turística decorreu da ação de diferentes grupos, que articularam seus interesses pessoais ao uso do território jordanense.

**Palavras-chave:** História Regional. Campos do Jordão. Estância Sanatorial. Estância Turística. Política. Propaganda.

## ABSTRACT

The present work has as object of study the city of Campos do Jordão, located in the interior of the State of São Paulo. The history of Campos do Jordão territory, as well as other places, begins as an environment focused on the treatment of tuberculosis, which was later reconfigured as a tourist space. In this way, the research aims to understand the process of unfolding the city from health to leisure, encouraging tourist activity, at its national and local level, and the political and propaganda actions that contributed to the construction of the image of Campos do Jordão. For that, we delimited the investigation in the space of 1926 to 1978, approaching in this periodization the elaboration of tourism in national and regional territory. The results of the research reveal that the consolidation of the tourist activity resulted from the action of different groups, who articulated their personal interests to the use of Campos do Jordão territory.

**Keywords:** Regional History. Campos do Jordão. Sanatorial Resort. Tourist Resort. Politics. Propaganda.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 1 - PENSIONATO DIVINA PROVIDÊNCIA .....	20
FOTOGRAFIA 2 - VILA JAGUARIBE, VILA VELHA. INÍCIO DE CAMPOS DO JORDÃO.....	23
FOTOGRAFIA 3 - EFCJ- DETALHE DA GARE DE PINDAMONHANGABA.....	25
FOTOGRAFIA 4 - PRIMEIRO BONDINHO À GASOLINA .....	26
FOTOGRAFIA 5 - FESTA DA MAÇÃ DE CAMPOS DO JORDÃO .....	41
FOTOGRAFIA 6 - GRANDE PÚBLICO PARTICIPANTE DA FESTA DA MAÇÃ.....	42

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1º CAPÍTULO Caminhos para a cura: a tuberculose e os primeiros passos de Campos do Jordão</b> .....	13
1.1- O mal dos séculos, a tuberculose .....	13
1.2- A dama branca: a tuberculose no Brasil e o pioneirismo paulista .....	17
1.3- A invenção da Montanha: Campos do Jordão em seu início .....	23
<b>2º CAPÍTULO A <i>Belle Époque</i> do turismo brasileiro: sua gênese e desenvolvimento</b> .....	28
2.1- A comercialização da natureza e o turismo .....	28
2.2- 1930: A gênese do turismo brasileiro e Campos do Jordão como Estância Mista .....	30
2.3- <i>Faites vos Jeux</i> : a década de 1940 e a Era dos Cassinos .....	34
<b>3º CAPÍTULO O Paraíso Terrestre: a consolidação da prática turística em território jordanense</b> .....	38
3.1- A (re)significação do espaço jordanense .....	38
3.2 – A consolidação da atividade turística .....	42
3.3- Nos acordes da ditadura: os Festivais de Inverno e Campos do Jordão como Estância Turística .....	46
<b>Considerações Finais</b> .....	51
<b>Referências</b> .....	53

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o turismo e seu desenvolvimento, ao longo dos anos, está ganhando cada vez mais espaço no universo acadêmico. Pensar o turismo na atualidade é pensar sobre uma nova maneira de se fazer a economia, valorizar a cultura local e analisar a relação homem-natureza. Entretanto, apesar de não receber o estatuto de ciência, a prática turística oferece um campo bem amplo de análise e estudo para as mais diversificadas áreas do saber, tanto em suas condições atuais e perspectivas para o futuro quanto para as investigações do seu passado.

O turismo tem sua origem nos privilégios das elites e em suas práticas recreativas. No decorrer de sua história, os espaços considerados turísticos foram criados, destacando-se os destinos de saúde, lugares com ampla presença de recursos naturais e distantes dos grandes centros urbanos, locais de grandes agitações e epidemias. Respaldados por orientações médicas, esses espaços eram apontados como meio eficaz para tratamentos de doenças.

Praias e montanhas serviram como refúgio, ao longo da história, para parcelas da população que buscavam nesses ambientes de repouso, lazer e, na grande maioria dos casos, tratamento de determinadas doenças. Com o advento de novas tecnologias e o desenvolvimento da medicina, muitos desses espaços deixaram de ser destinados à saúde e foram reconfigurados para a prática turística.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objeto de estudo a cidade de Campos do Jordão, localizada no interior do Estado de São Paulo. Fundada em 1874, o território jordanense com sua altitude, clima frio e infraestrutura voltada para o turismo de inverno, atualmente, configura-se como um dos destinos turísticos mais famosos do Brasil. Entretanto, sua história, assim como de outros locais, inicia-se como destino de tratamento da saúde que, posteriormente, foi reconfigurado como um destino turístico.

Dessa maneira, o objetivo dessa pesquisa foi compreender como ocorreu o processo de desdobramento da cidade de local de saúde para local de lazer. Para tanto, buscamos entender o cenário nacional e sua influência no processo de incentivo à atividade turística, em sua esfera nacional e local. Da mesma maneira, esse objetivo se estende ao estudo do processo de criação e estabelecimento da “mentalidade turística” como forma de promoção do turismo como atividade econômica. Também investigamos as ações políticas e propagandísticas que contribuíram para a construção da imagem turística de Campos do Jordão.

A pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pela escassez de estudos, devido à sua importância, a respeito da trajetória da transição da fase sanatorial para a fase turística da cidade

de Campos do Jordão e, em segundo lugar, pelo vínculo da autora com o tema e seu interesse em compreender o processo de estabelecimento da cidade como estância turística. Destaca-se a pertinência da pesquisa por sua relevância social, principalmente para a população jordanense, pois grande parte de sua história permanece desconhecida.

Nossa pesquisa estabelece-se na compreensão do contexto histórico-político analisados, no estudo desse desdobramento, além de ser uma ferramenta de compreensão da política nacional, como também um meio de analisar as intenções particulares articuladas com as pretensões políticas. Refletir sobre esse processo é compreender a cidade em sua totalidade, entender sua história, suas relações sociais e perceber quais fatores foram fundamentais na composição de sua imagem como referência turística.

Para o desenvolvimento da pesquisa, estabelecemos o período de 1926-1978, os anos em que a cidade foi nomeada, respectivamente, estância climática e estância turística. Nosso estudo possui caráter qualitativo, no qual nos utilizamos dos estudos dos autores: Cláudio Bertolli Filho e sua obra *“História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950”* (2001); para a análise histórica e social da tuberculose, Henri Lefebvre e *“Direito à cidade”* (1969); para o estudo da cidade como elemento e resultado de uma história, Milton Santos com sua obra *“A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”*(2017); sob a qual definimos e estudamos o espaço. Além disso, também utilizamos a obra *“História de Campos do Jordão”* (1986) escrita pelo jordanense Pedro Paulo Filho, uma das principais obras sobre a história da cidade, com seus principais acontecimentos e personalidades.

Para a abordagem minuciosa e cuidadosa das informações, nossa pesquisa elaborou três capítulos. O primeiro capítulo, nomeado *“Caminhos para a cura: a tuberculose e os primeiros passos de Campos do Jordão”*, apresenta um breve histórico sobre a tuberculose, suas principais teorias médicas de tratamento, abordando a presença da tuberculose em território brasileiro, destacando-se os séculos XIX e XX e as ações políticas da administração sanitária e o pioneirismo paulista no combate à doença. Além de discorrer, sobre a origem da cidade de Campos do Jordão, a fundação dos primeiros sanatórios e as primeiras propagandas que popularizaram a cidade no cenário nacional, aborda, ainda, a construção da estrada de ferro. Este capítulo é delimitado até o decreto de Lei nº 2140, de 01 de outubro de 1926, o qual transforma Campos do Jordão em Estância Hidromineral.

O segundo capítulo, intitulado *“A Belle Époque do turismo brasileiro: sua gênese e desenvolvimento”*, dedicou-se ao estudo das décadas de 1930 e 1940, que analisou o processo de transição de Campos do Jordão de Estância Hidromineral para a consolidação em Estância Turística em 1978. Neste capítulo, procuramos identificar e examinar as principais ações

políticas e os principais personagens que auxiliaram nesse processo de transição, destacando-se, no governo de Getúlio Vargas, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a presença e interesse do interventor Adhemar de Barros na cidade, além da Era dos Cassinos, período de grande importância para a fomentação turística.

“*A Suíça brasileira como estância turística*”, terceiro capítulo da obra, abordou os principais eventos que permitiram a cidade de Campos do Jordão alcançar o título de estância turística, no qual analisamos as décadas de 1950, 1960 e 1970, limitando-nos à década de 1978, ano em que a cidade foi denominada como “Estância Turística”. Além disso, buscamos compreender como a prática turística em Campos do Jordão foi construída e consolidada em virtude de interesses políticos e pessoais. Dessa forma, refletimos sobre a transformação da cidade jordanense em um dos principais destinos turísticos do Brasil.

## 1º CAPÍTULO

### **Caminhos para a cura: a tuberculose e os primeiros passos de Campos do Jordão**

#### **1.1- O mal dos séculos, a tuberculose**

Definida como uma doença infectocontagiosa, a tuberculose por séculos aterrorizou e dizimou a população terrestre. Assumindo sua evolução crônica e tendo como agente etiológico a *Mycobacterium tuberculosis*, seu micróbio adaptou-se aos pulmões dos seres humanos, encontrando um rico micro ecossistema favorável para sua sobrevivência, no qual ganhou a possibilidade de reprodução. Caracterizada pelo seu contágio rápido e silencioso, a patologia por um longo período incitou médicos, estudiosos, pesquisadores e escritores.

O bacilo da doença pode ser expelido através de gotículas microscópicas que são eliminadas através da tosse, espirro ou fala. Essas partículas minúsculas podem flutuar por um período de até 8 horas na atmosfera, depositando-se em roupas, na poeira ou em demais objetos. Ao serem inaladas por outros indivíduos, as gotículas contaminadas podem ser retidas pelas mucosas do nariz ou da garganta, caso contrário, podem atingir os bronquíolos respiratórios e os alvéolos, tornando-se matéria infectante.

Instalando-se no organismo humano sadio, o bacilo de Koch permanece inativo por cerca de três dias. A partir deste momento inicia-se o ciclo de reprodução que se renova a cada 18 horas, média bem superior à de outras variedades microbianas. Também neste período é ativado o processo de defesa orgânica, primeiramente como resposta imunitária inespecífica e logo depois por meio de reações imunológicas específicas, mediante a ampliação da capacidade de fagocitose das células mobilizadas contra o elemento invasor. (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 29)

Nesse sentido, os bacilos iniciam o desenvolvimento de colônia, no qual é dada a partida para a reação inflamatória: o processo destrutivo dos tecidos pulmonares. Apresentando um quadro clínico complexo, a tuberculose manifesta uma multiplicidade de sintomas capazes de confundir o diagnóstico médico e, conseqüentemente, a delonga do processo de combate e cura.

Assim como o título da obra "Todas as doenças têm história", do historiador francês Jacques Le Goff<sup>1</sup>, a tuberculose possui uma longa participação na história. Cada uma das descobertas científicas que permitiriam a compreensão da patologia em sua abrangência clínica-epidemiológica foram resultantes de extensas e exaustivas pesquisas. Analisando o percurso histórico da tuberculose, detecta-se que desde o período Antigo há registros da presença da tísica pulmonar e de tentativas para o tratamento. Apesar do empenho dos povos da Antiguidade Oriental, sobretudo os egípcios e os indianos, destacando-se as figuras de *Imhotep* e *Hesi-Re*,

---

<sup>1</sup> **Jacques Le Goff** (1924-2014), nasceu na cidade de Toulon na França, é considerado como um dos mais importantes e influentes historiadores franceses das últimas décadas. Reconhecido como um dos maiores especialistas da História Medieval, escreveu mais de vinte obras historiográficas sobre o período medieval.

para a ampliação do conhecimento referente a tuberculose; os gregos, destacando-se os escritos atribuídos a Hipócrates<sup>2</sup>, que inclusive até os dias atuais tem seus preceitos contidos no juramento que todos os médicos realizam ao se formarem, foram os responsáveis por trazerem descrições precisas sobre a patologia

Fruto de uma 'escola médica' que buscava antes de mais nada registrar as observações sobre os fenômenos da natureza, os escritos ligados ao nome Mestre de Cós foram os que com maior minuciosidade entenderam a patologia dos pulmões, afastando-a do domínio exclusivo dos princípios religiosos e definindo-a como 'a mais difícil de curar e a mais fatal' das doenças conhecidas no período. (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 31)

Assim sendo, delineava-se as primeiras hipóteses sobre a origem, o contágio e as características da “doença do peito”. Durante o período Medieval, ao mesmo tempo em que os muçulmanos trouxeram para a Europa os conhecimentos médicos produzidos na Índia, na Síria e na Pérsia; as concepções religiosas cristãs alargaram-se, estabelecendo que as doenças, inclusive a tuberculose, eram frutos da vontade divina. É nesse ínterim que a figura dos monarcas cristãos e os toques de suas mãos se popularizaram como principal forma de cura.

A Era Moderna é caracterizada pela expansão do conhecimento referente a doença pulmonar, tal ampliação é decorrente da aplicação dos princípios cartesianos, desenvolvidos por René Descartes (1596-1650), em sua célebre obra “*Discurso do Método*” o autor defende a utilização de um método, pautado no rigor da matemática, para determinar a verdade. Nesse sentido, através dos princípios cartesianos o corpo humano passou a ser compreendido como um conjunto complexo de mecanismos articulados e, por meio da utilização da matemática e da valorização das experiências, permitiram a reelaboração do saber clínico sobre a tuberculose e o corpo humano.

Entretanto, embora um vasto conhecimento sobre a tuberculose tenha sido produzido, como a identificação dos tubérculos, das cavernas pulmonares e a troca da designação da patologia de ‘fimatose’ para ‘consunção’, ele não foi acompanhado pela elaboração de propostas terapêuticas eficientes.

A medicina da modernidade clássica dirigiu seus esforços especialmente para a organização de um vasto quadro de signos diagnósticos que, se atestavam a precisão das observações realizadas, também promoviam uma comprometedor confusão entre os sintomas e as causas da doença. O catarro e a hemoptise ainda eram apresentados como os principais causas da moléstia do peito, assim como o ‘estado moral’ dos pectários era interpretado como motivo concorrente para o enfermamento. (BERTOLLI FILHO, 2001, p.35)

---

<sup>2</sup> **Hipócrates de Cós** é considerado o “pai” da medicina ocidental e, por meio de sua escola médica, a medicina tornou-se uma ciência, separando-a da magia e da religião. A partir de seus estudos, elaborou-se um juramento, no qual os estudantes de medicina comprometem-se publicamente a exercer sua profissão de maneira honesta.

Durante os séculos XVIII e XIX, um novo olhar foi lançado sobre a doença e os doentes da tísica pulmonar e, conseqüentemente, novas percepções sobre a patologia. Com a primeira Revolução Industrial na Inglaterra 1760-1860 e, posteriormente, ampliando-se por toda a Europa e Estados Unidos, com a segunda, a partir delas ocorreu um extenso e exaustivo movimento de migração, no qual multidões formadas por adultos e crianças instalaram-se nos centros urbanos. As condições sub-humanas nas quais foram submetidos, formaram o cenário perfeito para que milhares de pessoas fossem vitimadas pela tuberculose. Segundo Rosemberg (2007, p. 7) "a mortalidade atingiu a 800 por 100.000, e em Londres, o elevado coeficiente de 1.100 por 100. 000."

Cabe ressaltar que a concepção social, que perdurou por um longo período, da tuberculose era completamente estigmatizada, a patologia era vista como resultante de uma vida dedicada aos excessos, ou seja, contrária aos padrões sociais vigentes. Entretanto, no decorrer do final do século XVIII e XIX a figura do tuberculoso ganhou uma conotação lírica, na qual a doença ganhou sentido de sensibilidade, o doente tuberculoso passou a ser o modelo romântico "O espírito romântico valorizava, portanto, tudo o que remetesse a uma experiência incomum. A doença surge para os poetas como um atributo que os torna interessantes e muitos chegam a ansiar por ela [...]" (PÔRTO, 2007, p. 44)

Embora o século XIX seja marcado pelas ações românticas de utilizarem a doença como meio de negação do mundo e o aspecto mórbido dos corpos como algo representativo da individualidade em contraposição ao padrão à época, a exaltação logo foi substituída pela aversão a doença. Com o avanço industrial e o estabelecimento da ordem burguesa, a exacerbação das paixões foi substituída pela ideia da produtividade. O corpo burguês deveria ser a representação máxima das forças produtivas, visto que ocorria uma dependência dele para a concretização do seu crescimento e hegemonia. Dessa forma, "[...] tudo o que pudesse representar ameaça à hereditariedade deveria ser objeto de banimento ou pelo menos de severo tratamento, pois a dominação de classe não se faria apenas nos níveis econômico ou ideológico - a dominação era uma questão "física"." (PÔRTO, 2007, p. 45 *apud* SONTAG, 1984, p. 118).

Sendo assim, a tísica pulmonar antes exaltada, passa a ser renunciada, principalmente por seu rápido alastramento entre as camadas populares; a imagem romântica definha-se cedendo espaço para uma imagem articulada a desordem social. O doente é rejeitado pelo núcleo social, tornando-se estigmatizado e isolado. Nesse sentido, as teorias médicas que indicavam as viagens para climas quentes, como forma de tratamento, ganharam espaço entre os enfermos. Era lançada sobre o campo médico as concepções da climoterapia como forma de tratamento e cura da tuberculose.



Na segunda metade do século XIX, a era sanatorial da tuberculose é inaugurada, através da abertura da primeira instituição especializada no tratamento pelo médico, e também tuberculoso, Hermann Brehmer (1826-1889), posteriormente o clínico Peter Dettweiler (1837-1904) também instalou uma casa de saúde nas montanhas Taurus, localizadas ao sul da Turquia. Ambos os médicos eram orientados pela suposição de que moradores das montanhas não sofriam com a doença, dessa forma, concluíram que a “tuberculose era resultado da circulação precária do sangue no coração e nos pulmões” (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 54). A partir de então, ocorreu uma disseminação da ideia de tratamento em locais isolados e de estabelecimentos de sanatórios nas regiões europeias mais altas. Um verdadeiro movimento de combate à tuberculose foi instaurado na Europa:

[...] a intervenção no problema representado pela Peste Branca tornou-se um ‘dever social’ de todos os cidadãos, favorecendo as críticas aos governos nacionais que se mostravam apáticos frente à ameaça sanitária. [...] O resultado destas campanhas ativadas nacionalmente consistiu na criação de uma rede de casas de saúde especializadas no continente europeu. A partir de então, os sanatórios transformaram-se no ambiente próprio dos consuntivos e no espaço constitutivo do saber fisiológico. (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 55)

A passagem para o século XX é marcado por grandes avanços na medicina para o combate da tuberculose ao mesmo tempo em que se continuava o grande processo de desmitificação da patologia e do doente, iniciado na metade do século XIX. O isolamento da bactéria responsável pela doença em 1882, realizada pelo médico alemão Robert Koch<sup>3</sup>, possibilitou uma abertura e a ampliação no campo de pesquisa sobre a tuberculose. Décadas depois, a partir de inúmeras investigações foi possível o desenvolvimento de uma vacina por Clemens Freiherr Von Pirquet (1874-1929), em 1907, e de um teste diagnóstico elaborado pela bioquímica norte-americana, Florence Seibert (1897-1991) no ano de 1908.

O combate a “doença do peito” andava a passos largos na Europa, no ano de 1921 foi desenvolvida pelo instituto Pasteur a vacina BCG (*Bacile-Calmmet-Guérin*). Utilizada como meio de imunização da população, inicialmente como método preventivo, especialmente em crianças. Porém,

A descoberta de medicação efetiva no controle da doença ativa tardou, entretanto, mais algumas décadas, sendo iniciada pela formulação de bacteriostáticos, tais como o Ácido Paraminosalicílico, em 1943, e pelo Thiosemicarbazone em 1945. Esses medicamentos foram logo sucedidos pela descoberta da Estreptomicina, primeira droga efetiva contra *Mycobacterium*, e pela Isoniazida e Rifampicina, primeiras drogas orais para manejo da doença. (KOZAKEVICH e SILVA, 2015, p. 36)

---

<sup>3</sup> **Heinrich Hermann Robert Koch** (1843-1910), nasceu na cidade de Clausthal, localizada na Alemanha, estudou medicina na Universidade de Göttingen, sendo um dos fundadores da microbiologia e dos estudos relacionados à epidemiologia das doenças transmissíveis.

Os avanços nos campos científico, por meio do desenvolvimento de vacinas e de testes diagnósticos, e político, através de medidas sanitárias e de combate a proliferação da doença, permitiram que a taxa de mortalidade pela tuberculose declinasse em toda a Europa e América do Norte. Dessa forma, novas formas de prevenção e técnicas médicas, como o exame de escarro e o uso do Raio-X, foram grandes aliados no combate a patologia no Hemisfério Norte, enquanto a medicina no Velho Mundo possuía meios de prevenção e imunização, o cenário brasileiro não gozava dos mesmos privilégios.

### **1.2- A dama branca: a tuberculose no Brasil e o pioneirismo paulista**

Disseminada em solo brasileiro a partir da colonização europeia, a tuberculose desencadeou inúmeras consequências sociais e econômicas que perduraram por um longo período na sociedade brasileira. Com o estabelecimento dos portugueses no período de colonização do Brasil, muitos colonos e jesuítas estavam infectados pela “doença do peito”. O contato entre nativos e tísicos proporcionou o contágio e a morte de muitos índios.

Com a vinda da Família Real portuguesa, seu estabelecimento no Rio de Janeiro e os avanços dos estragos ocasionados pela doença, o período Imperial brasileiro foi marcado pelas iniciativas e preocupação do setor público em combater a doença, destacando-se a ação do médico Dr. Francisco de Paula Cândido que obteve a aprovação no Parlamento para a adoção de medidas sanitárias para o controle da tuberculose:

Neste contexto, visando à abordagem das condições de higiene das habitações coletivas, ditas "cortiços" e das epidemias de TB, varíola, febre amarela e disenterias, então habituais no Rio de Janeiro, diversas leis para assuntos habitacionais e questões sanitárias foram instituídas a partir de 1870. (MACIEL, M. S. *et al*, 2012, p. 227)

Entretanto, apesar das iniciativas de combate à doença ao longo do século XIX a atenção a saúde caminhou a passos lentos, visto que, tanto as questões relacionadas à higiene quanto à habitação ficavam a cargo das autoridades locais e geridas de acordo com os interesses econômicos e políticos da elite. No âmbito assistencial, as Santas Casas de Misericórdia desempenharam papel pioneiro e solidário.

No ano de 1840, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro estabeleceu uma enfermaria separada para o tratamento exclusivo dos doentes de peito, germinando as primeiras ideias para a construção de um hospital afastado dos centros urbanos para o alojamento e o tratamento de pessoas infectadas pelo bacilo de Koch. Segundo Bertolli Filho, somente no ano de 1886, as autoridades do Império preocuparam-se em seguir as medidas de combate à doença preconizadas pela Europa (2001, p.59). A passos lentos a luta contra a tuberculose caminhava em solo brasileiro, enquanto a doença dizimava cada vez mais pessoas.

O início do período republicano suscitou, no cenário nacional, debates que resultaram em um projeto nacional embasado nos modelos vigentes dos chamados “países civilizados”<sup>4</sup>. A Saúde Pública tornou-se o principal setor de intervenção do governo: “A definição do Brasil como ‘um vasto hospital’ exigia a imediata intervenção sanitária, estabelecendo as possibilidades e os limites da ‘regeneração’ da força de trabalho autóctone, assim como a atualização disciplinadora da sociedade brasileira.” (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 60). Dessa forma, era necessário desvincular e retirar o padrão higiênico estabelecido no Brasil durante o período imperial, padrão esse, segundo alguns ideólogos do período, responsável por minar o espírito coletivo e os interesses nacionais.

Apesar de todas as iniciativas governamentais, não tão efetivas assim, de combater a disseminação das endemias e pandemias, coube ao território paulista o arrojo da inauguração do movimento social de enfrentamento à tuberculose. Vítima da doença desde o início de sua ocupação, o estado de São Paulo apresentava um número de mais de quinhentos óbitos nos últimos cinquenta anos do século XIX. A partir dessa constatação, o médico Emílio Ribas<sup>5</sup> firmou parceria com o médico carioca Clemente Ferreira<sup>6</sup> e iniciaram a primeira campanha contra o bacilo de Koch. Em julho de 1899, inaugurou-se a Associação Paulista de Sanatórios Populares para Tuberculosos que buscava reproduzir em solo brasileiro as experiências alemãs de tratamento.

Todavia, apesar das tentativas, logo a luta contra a tuberculose deixou de ser novidade, tornando-se cada vez mais escassas as doações destinadas para a associação. Com poucos e limitados recursos, a ação inicial do Dr. Clemente Ferreira e de Emílio Ribas precisou, ainda nos seus anos iniciais, revisar toda a sua proposta inicial e centralizar suas atividades em uma única instituição especializada.

O século XX é caracterizado pela permanência e pelas altas taxas de morte provocadas pela “doença do peito”. A tuberculose persistia no território brasileiro, sendo um grande

---

<sup>4</sup> Durante o século XIX e a passagem do século XX, o pensamento social brasileiro foi influenciado pelas teorias científicas europeias, nas quais eram defendidas que, a localização geográfica, o clima e a “raça” determinavam a evolução e definiam a hierarquia das sociedades humanas, diferenciando os países dos mais “evoluídos” ou “civilizados” dos considerados mais “primitivos”.

<sup>5</sup> **Emílio Ribas** (1862-1925) nasceu na cidade de Pindamonhangaba e formou-se em medicina no Rio de Janeiro. Foi o diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, função que exerceu por quase vinte anos, e o responsável por modernizar a estrutura do estado e combateu diversas epidemias. Em 1899, criou o Instituto Butantan e dedicou-se ao estudo da febre amarela, tuberculose e hanseníase.

<sup>6</sup> **Clemente Ferreira** (1857-1947) nasceu na cidade de Resende (RJ) e graduou-se em medicina no ano de 1880, responsável por fundar a “Liga Paulista contra a Tuberculose” foi um dos principais representantes brasileiros que, por mais de sessenta anos, estudou e combateu à tuberculose no Brasil.

problema público até o final da década de 1940. Oswaldo Cruz<sup>7</sup>, nesse momento Diretor Geral de Saúde Pública, foi o responsável por instituir o Plano de Ação contra a Tuberculose, que possuía como objetivo a implementação das condutas profiláticas e terapêuticas, não atingindo grandes repercussões. Apesar de, no final do século XIX, o Dr. Ferreira ter feito um estudo sobre as condições climatológicas positivas da cidade de Campos do Jordão e a defesa da construção de um hospital para o tratamento e, em 1907, Oswaldo Cruz enviar um ofício ao governo paulista pedindo a abertura de um sanatório para tísicos na mesma cidade, ambas tentativas foram em vão.

A Reforma Carlos Chagas, iniciada em 1920, foi a responsável por reorganizar os Serviços de Saúde Pública, através dela foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), além disso promoveu também “ [...] o saneamento rural e urbano; a higiene infantil, industrial e profissional; a supervisão e a fiscalização da saúde dos portos; e o combate às endemias rurais. Essas ações deram origem às Campanhas de SP, caracterizadas por ações centralizadas e verticalizadas com o objetivo de combate às doenças endêmicas no país [...]” (CAMPOS; COHN; BRANDÃO, 2016).

Essa ação marcou um importante passo para o combate à tuberculose e maior comprometimento do Estado na questão do controle da doença. A partir da reforma, foi criada a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose que possuía como finalidade estabelecer o diagnóstico e o tratamento, além do incentivo a prevenção da doença. Assim como, somente a partir da década de 1920 é que o Estado contribuiu efetivamente para a concretização desses espaços. Influenciado pelos vários discursos médicos, que alegavam a importância desses espaços para tratamento, no qual

[...]para o controle social e o resgate do tuberculoso inválido, o afastamento de seu ambiente nocivo e a única saída é a construção de um hospital. O apelo dos discursos salientava um fato importante, a saber, de que o Estado de São Paulo deveria ser amigo do tuberculoso, e que a doença era uma emergência e representava a grande lacuna nos programas de saúde pública e limpeza urbana. (MASTROMAURO, 2013, s.p)

Como resultado dessas ações, em 1924 foi aberto na cidade de São José dos Campos o Sanatório Vicentina Aranha e o Sanatório São Luiz, o qual fechou suas portas em 1930. Já a cidade de Campos do Jordão teve seu primeiro sanatório, Divina Providência, construído em 1929, sob o cuidado e direção da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Atendia a um grande fluxo de doentes, por conta disso a partir de 1933, o sanatório passou a atender exclusivamente paciente do sexo feminino. Após 1930, alguns sanatórios foram

---

<sup>7</sup> **Oswaldo Cruz** (1872-1917) nasceu na cidade de São Luís do Paraitinga e formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892. Foi o grande nome por trás da erradicação da febre amarela, peste bubônica e da varíola no Brasil.

construídos e inaugurados no Estado de São Paulo, nos quais havia uma clara divisão aos destinados à elite e aos mais necessitados.

Fotografia 1 - Pensionato Divina Providência



Pensionato Divina Providência, em Campos do Jordão [s.d]  
Fonte: Rocha, s.n.t.

Os anos 1930 marcam um período de ruptura no cenário político brasileiro, assim como um momento de grande crise econômica ocasionada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Sob grandes tensões sociais, destacando-se paulistas e mineiros, Getúlio Vargas ascende ao poder com um golpe de Estado. Em 1931, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, como um dos meios utilizados para redefinir a imagem do Brasil frente aos outros países. Dessa forma

A presença de múltiplas epidemias e endemias que minavam a população impôs a organização de um instituto sanitário que tinha como principal objetivo revitalizar as formas de normatização e manutenção da capacidade produtiva do proletariado, em um período em que já não era mais possível contar com a reposição da força de trabalho mediante o aproveitamento de novos contingentes de imigrantes deslocados da Europa. (BERTOLLI FILHO, 2001, p.69)

Sendo assim, no ano de 1934, a Assembleia Nacional estabeleceu que era dever do Estado zelar pelas condições sanitárias do país, intervindo em momentos de epidemia e, principalmente, incentivando práticas educativas de prevenção às doenças. No entanto, a prática ocorria de forma diferente ao que era estabelecido pela teoria. Durante o Governo Vargas as verbas destinadas à saúde pública eram escassas e a capital da República era a que mais recebia investimentos. Portanto, cabia a cada região do país a criação de recursos próprios para a prevenção, tratamento e combate das patologias, resultando-se em um cenário epidemiológico crítico em diversos estados brasileiros.

O afastamento do Estado de seus compromissos com a saúde pública, a existência de entidades direcionadas ao tratamento da tísica eram poucas, o estado de São Paulo concentrava o maior número de locais direcionados para o tratamento. As demais regiões brasileiras, contavam com alguns leitos hospitalares e vagas sanatoriais que, geralmente, funcionavam de forma irregular. Segundo Bertolli Filho (2001), somente no ano de 1938 que a administração varguista passou a se preocupar e demonstrar interesse para com a saúde pública destinada aos doentes pobres. O súbito interesse, tinha como principal objetivo o uso da intervenção na saúde popular como maneira preparatória para o lançamento da campanha de ocupação das áreas interioranas do país.

Além disso, cabe ressaltar que durante a década de 1930, nos Estados Unidos houve uma grande produção de obras, como os relatórios produzidos pelo higienista Charles Wilson, destinadas a interpretação da América Latina, nas quais os países sul americanos eram vistos como verdadeiras sociedades avessas à modernidade, fato que era comprovado pelos avanços das epidemias e pandemias.

Nesse contexto, Vargas atribuiu um novo papel ao Estado, dedicando-se às campanhas contra a tuberculose como forma de iniciar e instaurar o processo de modernidade no país. Durante esse período cedeu apoio à Federação Brasileira de Tuberculose e aos Congressos Nacionais de Tuberculose. Para mais, foi pedido ao higienista e diretor do Departamento Nacional de Saúde, João de Barros Barreto, a elaboração de um plano nacional e centralizador de combate à Peste Branca. No ano de 1940, o projeto foi entregue e aprovado, entretanto nunca foi colocado totalmente em prática, devido, principalmente, a alegação de escassez de verbas, o que resultou no ritmo lento das construções das casas de saúdes especializadas.

O território paulista, pioneiro na ação ao combate a Tuberculose, durante o governo varguista, através dos interventores nomeados, sofreu uma grande reforma no Serviço Sanitário, ainda no período de 1930 e 1931. Durante a reforma sanitária no ano de 1925, a área de Higiene Pública de São Paulo ganhou grande autonomia, conferindo e localizando os Centros de Saúde como eixo central do movimento de prevenção e tratamento dos doentes. Através das ações impostas pelas autoridades durante o Governo Varguista, todo o sistema organizado pelos paulistas até aquele momento foi desorganizado e colapsado, os Centros de Saúde foram subordinados à Inspeção de Higiene e Assistência à Infância.

O frágil empenho oficial em intervir com eficácia na questão sanitária determinou que as iniciativas privadas e filantrópicas ocupassem a função primordial de tratamento e assistência material aos consuntivos e seus dependentes. Como resultado, a década de 30 testemunhou a constituição de uma rede de sanatórios que, concentrada na cidade de São Paulo e nas prefeituras sanitárias de Campos do Jordão e São José dos Campos, encontrava sustento nas mensalidades cobradas aos pacientes e nos donativos promovidos pela caridade pública. (BERTOLLI FILHO, 2001, p.76-77)

A partir do ano de 1938, novas mudanças começaram a ocorrer, dentre elas a nomeação do interventor federal do estado paulista, o médico Adhemar de Barros<sup>8</sup>. Com sua nomeação, uma nova onda de alterações foi realizada na organização e estratégia de combate a tuberculose, nas quais os Centros de Saúde passaram a funcionar como unidades importantes de Higiene Pública. Além de serem utilizados para o atendimento e assistência aos doente do peito, os Centros de Saúde também contavam com grupos que realizavam visitas às residências localizadas nas áreas de maiores incidências da tísica pulmonar e encaminhavam para a assistência possíveis infectados, além disso, também ensinavam à população meios de prevenção e cuidados.

Ainda durante o ano de 1938, foi inaugurado o Hospital-Sanatório do Mandaqui, localizado na zona norte de São Paulo, foi o primeiro hospital construído e mantido por verbas estaduais, destinado exclusivamente para pacientes tuberculosos. Além dele, em um dos relatórios elaborados pelo Serviço de Assistência Hospitalar de São Paulo, encontram-se a proposta e promessas de construção de mais cinco sanatórios públicos.

Entretanto, apesar de utilizar discursos e promessas de construção de sanatórios mais como apoio político popular, a realidade não correspondia ao quadro assistencialista de Adhemar de Barros e sua esposa Leonor Mendes de Barros, pois existiam poucos leitos destinados aos tuberculosos que viviam em São Paulo. Bertolli Filho afirma que

Segundo relatórios referentes ao ano de 1938, existiam na área paulista apenas 1.412 leitos destinados aos tuberculosos, representados pelo funcionamento de sanatórios e abrigos situados nos municípios de São Paulo, Campos do Jordão, São José dos Campos e Tremembé e ainda pelos pavilhões especializados das Santas Casas de Santos, Campinas, Bragança Paulista e Sorocaba. (2001, p. 79)

Embora a realidade não correspondesse aos planos propostos, as prefeituras sanitárias de Campos do Jordão e São José dos Campos constituíram-se como áreas exclusivas para o tratamento da tuberculose. Tanto as propagandas sobre a qualidade do clima do Vale do Paraíba e da Serra da Mantiqueira quanto a concentração de leitos e serviços destinados ao

---

<sup>8</sup> **Adhemar Pereira de Barros (1901-1969)**, nasceu na cidade de Piracicaba, localizada no estado de São Paulo, formou-se em medicina na faculdade do Rio de Janeiro, em 1923. Foi eleito deputado estadual em 1934 pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e, após o golpe liderado por Getúlio Vargas, foi nomeado interventor no estado de São Paulo, permanecendo no cargo até 1941. Em 1947, retorna ao governo paulista com o Partido Social Progressista (PSP), famoso pela frase “rouba, mas faz”, Adhemar de Barros, com o golpe militar em 1964, teve seu mandato cassado e deixou o país em 1966, estabeleceu moradia em Paris, local onde faleceu em 1969.

combate da doença, contribuíram para ambas as cidades se tornarem para muitos tísicos a última esperança. Sendo Campos do Jordão o destino mais procurado pelos tuberculosos, principalmente pela elite paulista que, através de suas ações, conseguiu transformar o território de Campos do Jordão em um pedaço da Europa em território brasileiro.

### 1.3- A invenção da Montanha: Campos do Jordão em seu início

O território, no qual situa-se a cidade de Campos do Jordão foi sesmaria de Ignácio Caetano Vieira de Carvalho que, no ano de 1771, fundou a Fazenda Bom Sucesso. Com sua morte em 1823, seus herdeiros venderam a fazenda ao então Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, dando origem ao nome da cidade.

A cidade foi formada a partir de três vilas. Mateus da Costa Pinto, foi o responsável por povoar o primeiro núcleo urbano, fundando em 1874 a Vila de São Mateus do Imbiri, mais tarde, tornou-se a Vila Jaguaribe. O segundo núcleo urbano do município foi a Abernédia, fundada em 1914, por seu loteador escocês, Robert Jonh Reid e, o terceiro, foi o Capivari que se desenvolveu durante a década de 1920 nas áreas de terras dos médicos sanitaristas Emílio Ribas e Victor Godinho<sup>9</sup>.

Fotografia 2 - Vila Jaguaribe, Vila Velha. Início de Campos do Jordão



Vila Jaguaribe, em Campos do Jordão [192?].

Fonte: Rocha, s.n.t.

A presença de tuberculosos na Serra da Mantiqueira data de 1879, com a presença dos clínicos Francisco Romeiro e Gustavo Godoy, influenciados pela medicina germânica,

<sup>9</sup> **Victor Godinho** (1862-1922) nasceu na cidade do Rio de Janeiro e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fundou e dirigiu a Revista Médica de São Paulo (1898-1914) e dirigiu a Liga Paulista contra a tuberculose.



patrocinaram a construção de chalés para a acomodação própria e de alguns pacientes infectados. Entretanto, a notoriedade do clima da cidade e de suas propriedades terapêuticas deu-se através do estudo publicado pelo Dr. Clemente Ferreira, ao final do século XIX, nomeado: “Contribuição para o Estudo do Valor Profilático do Clima de Campos do Jordão”. Suas análises pontuaram sobre as qualidades climáticas, sua eficiência para o tratamento da tuberculose e possibilidades de instalação de residência aos doentes.

À frente da direção da Associação Paulista de Sanatórios Populares para Tuberculosos, Clemente Ferreira objetivava reproduzir em solo brasileiro as experiências europeias para o tratamento da tísica pulmonar. Defendia a construção de um sanatório popular na cidade de Campos do Jordão, que deveria ser financiado pelo Estado, mas subordinado à Associação e não ao Serviço Sanatorial. Entretanto, o também médico Emílio Ribas discordava de Clemente Ferreira, defendendo que o sanatório deveria ser administrado pelo Serviço Sanitário, assim como ocorria no continente europeu. Nessa disputa, o Dr. Ferreira cedeu e atribuiu ao Estado a tarefa de construção e administração de um hospital em território jordanense.

Nesse sentido, inaugurava-se a estância climatérica de Campos do Jordão, e seus primeiros alicerces foram estabelecidos sobre muitos territórios pertencentes ao médico e diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, Emílio Ribas. A pequena cidade do interior do paulista tornou-se receptora de doentes vindos das mais diversas áreas do país, destacando-se, principalmente, os provenientes das capitais paulistas e cariocas.

Após uma década, entre os embates e disputas de Emílio Ribas e Clemente Ferreira, foi anunciada a organização de uma empresa que viabilizaria a construção da estrada de ferro, responsável por ligar o território de Campos do Jordão que, durante esse período, pertencia a comarca do município de São Bento do Sapucaí à cidade de Pindamonhangaba. Essa mesma empresa seria a responsável pelo estabelecimento de uma vila sanitária e um sanatório nesta região. Segundo Bertolli Filho

Pouco tempo depois, o Congresso Estadual aprovou o projeto, concedendo aos empreendedores o direito de explorar uma faixa de 15 quilômetros de cada lado do eixo da linha férrea, garantindo também os juros de 5% sobre o capital inicial da companhia [...]. Os concessionários da empresa organizaram então a Sociedade Anonyma Estrada de Ferro Campos do Jordão, aparecendo entre os principais acionistas os nomes de Emílio Ribas e de Victor Godinho, sendo que o primeiro era natural de Pindamonhangaba, local onde era proprietário de extensas glebas de terras. (2001, p. 65)

A construção da Estrada de Ferro de Campos do Jordão (EFCJ) iniciou-se no ano de 1912, sob a direção dos engenheiros João Lindenberg e Teófilo Monteiro de Carvalho. Desde os primórdios de sua construção, a EFCJ deparou-se com dois grandes obstáculos

A primeira está no relevo pelo qual deveria percorrer, observada a necessidade de vencer um desnível de mais de 1.000m em curto desenvolvimento imposto pela Serra da Mantiqueira e a segunda na falta de demanda de mercadorias na região por esta atendida, privando-lhe a garantia de sucesso financeiro. Os entraves aqui expostos colimaram para a escassez de investidores, resultando na falência prematura da companhia dirigida por Ribas e Godinho nos findos de 1913. (TASSI; PRADO; HERING, 2016, p. 155-156)

Com poucos recursos para o custeio da obra e para a compra de materiais, a construção da linha férrea paralisou. Nesse cenário, Sebastião Damas, empreiteiro da obra, sem estrada e sem perspectiva de receber seus dividendos pelo trabalho realizado, resolveu continuar a construção da via férrea com seu próprio capital, visando a recuperação de sua situação financeira através dos dividendos arrecadados com a operação da ferrovia. Em 15 de novembro de 1914, ainda incompleta, inaugura-se a EFCJ.

Fotografia 3 - EFCJ- Detalhe da GARE de Pindamonhangaba



Garagem da E.F.C.J, em Pindamonhangaba [191?], com operários e pessoas ligadas à construção da estrada de ferro.

Fonte: Rocha, s.n.t.

O povoado de Campos do Jordão, no período de inauguração da via férrea, já contava com alguns núcleos populacionais e pensões, que variavam desde as mais luxuosas até barracões, que seriam de abrigo para as vítimas da tuberculose. A partir de 1920, a vinda de doentes e de seus acompanhantes aumentou, colaborando para tornar a cidade jordanense em um destino de saúde famoso tanto pelo seu “ar límpido” como pela propriedades terapêuticas de suas águas.

#### Fotografia 4 - Primeiro Bondinho à gasolina



Primeiro Bondinho à gasolina a trafegar na Estrada de Ferro de Campos do Jordão, a fotografia foi tirada na Estação da Vila Abernécia [191?], as pessoas não foram identificadas.

Fonte: Rocha, s.n.t

O plano inicial da consolidação de uma “Suíça brasileira” em território nacional, nos moldes das estâncias climatéricas da Europa, foi legitimado através da autorização de Washington Luis, então governador do Estado de São Paulo, através da Lei Estadual de N° 1833, na qual de acordo com Artigo 3°

Fica igualmente o Poder Executivo auctorizado, nos termos do artigo 1.º a desapropriar, por necessidade e utilidade publicas, duzentos hectares de terrenos, nos Campos de Jordão, municipio de São Bento do Sapucahy, para a fundação de uma povoação, destinada a estancia climaterica e de repouso, em beneficio da salubridade publica. (SÃO PAULO, 1922)

Nesse sentido, o Governo visava, com o apoio de empresários e investidores, explorar os serviços que se estabeleceram no território jordanense, sob a justificativa de controlar esse espaço destinado à garantia da “salubridade pública”. Funcionários do Estado tornaram-se os responsáveis por conduzir e fiscalizar o território. Ao mesmo tempo que “os usos voltados ao repouso também estavam presentes nos textos legais, além de fazerem parte da propaganda incentivada pelo Estado. Isto é, em paralelo com o território da saúde construía-se o território do repouso, da fruição, da vilegiatura” (HAMMERL, 2016, p. 174)

No ano de 1920, o político e intelectual José Carlos de Macedo Soares, ao tornar-se proprietário de inúmeros territórios na cidade, criou a Cia de Melhoramentos de Campos do Jordão, responsável pelo melhoramento da água, luz, esgoto e coleta de lixo. Ressalta-se que Macedo Soares foi o responsável por ditar os ritmos da organização urbana da cidade. Estes melhoramentos só foram possíveis devido a frequência de grandes famílias que construíram

casas, pensões e hotéis, tais como o diplomata Roberto Simonsen e o empresário Francisco Matarazzo.

No ano de 1924, Macedo Soares organizou a Companhia Campos do Jordão, responsável por implementar as primeiras regras de segregação dos doentes que frequentavam a cidade. Através das orientações estabelecidas por Macedo Soares, os territórios situados nas vilas de Capivari e Jaguaribe “foram reservados para os compradores endinheirados, enquanto a vila Abernèssia ficou destinada à ocupação da população pobre e enferma” (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 141).

Diferentemente do cenário instaurado em São José dos Campos que recebiam quase nada do que era solicitado aos interventores estaduais, Campos do Jordão consolidava-se como principal destino da elite paulista e carioca. A presença desses grupos influentes juntamente ao governo estadual e federal fez com que a cidade ganhasse benefícios públicos e privados. Resultaram-se dessas ações a divulgação da cidade como um “pedaço da Europa nos trópicos”, tornando-se símbolo “das esperanças de um país que lutava para se identificar com as ‘nações civilizadas’” (2001, p. 141-142).

Com o aumento da concentração de doentes na cidade de Campos do Jordão, encarado por muitos como algo incômodo e assustador, o Governo do Estado de São Paulo aprovou a Lei de n.2140, datada de 1926, responsável pela criação da prefeitura sanitária de Campos do Jordão, na qual a cidade passou a ter prefeito próprio, nomeado pela esfera estadual, e também por acrescentar um segundo título a cidade, o de Estância Hidromineral. Apesar de ser idealizada, inicialmente, como espaço de tratamento e cura da tuberculose, aos poucos, através de inúmeras ações, o território jordanense passou a conviver em um cenário contraditório em que, ao mesmo tempo, se constituía como o principal refúgio dos tísicos e, também, o destino preferencial da elite paulista.

## 2º CAPÍTULO

### *A Belle Époque do turismo brasileiro: sua gênese e desenvolvimento*

#### 2.1- A comercialização da natureza e o turismo

Em sua obra “Direito à cidade” (1969), o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre estabelece que toda cidade possui sua história, sendo esta realizada por pessoas e grupos em suas condições históricas. Ao analisar a formação e constituição da cidade de Campos do Jordão, tanto em sua fase sanatorial quanto turística, é perceptível a presença e ação de grupos que auxiliaram na construção e reprodução da imagem do que hoje entendemos por Campos do Jordão. Segundo Lefebvre, a cidade pode ser definida como

[...] projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano. [...] Aquilo que se inscreve e se projeta não é apenas uma ordem distante, uma globalidade social, um modo de produção, um código geral, é também um tempo, ou vários tempos, ritmos. (1969, p.56)

Para entender a construção e desenvolvimento de uma cidade, é necessário compreender o contexto histórico no qual está inserida. Da mesma maneira, deve-se atentar aos interesses pessoais e analisar como a cidade sofre influência de todos esses fatores. Ao direcionarmos nosso enfoque ao cenário nacional, constata-se que as atividades turísticas, fomentadas em um primeiro momento pela elite cafeeira, torna-se gradativamente acessível às demais parcelas da população. Assim como na Europa, o turismo de massa e seu impulso como atividade econômica, estabeleceram-se com a consolidação da indústria.

À vista disso, o turismo alia-se, desde seus primórdios, à nova organização social estabelecida pelo sistema capitalista, inserindo-se no sistema de acumulação e circulação do capital na sociedade

Atendendo a sua própria lógica, o capital se reproduz na sociedade do lazer, circula e se acumula no âmbito do negócio do turismo, onde o lazer se transforma em mercadoria de compra e venda, no negócio das denominadas mercadorias imateriais. O turismo faz parte de uma satisfação de necessidades humanas de lazer, negócios, cultura, e, portanto, está ligado aos meios de produção. (BRAMBATTI, 2015, s.p)

O lazer torna-se uma nova mercadoria, desvinculando-se da concepção de ócio, ganhando a conotação de consumo do tempo livre através de alguma atividade. Dessa maneira, o lazer converte-se em um produto da sociedade capitalista, configurando-se, posteriormente, como mecanismo de acumulação e circulação do capital.

Portanto, seguindo a lógica capitalista, o turismo traduz-se como a prática e imagem ligada ao status social, uma vez que ele se configura como uma atividade produtiva no campo econômico e concentrador de riqueza, incluindo e excluindo segmentos da sociedade, seja na

produção do espaço geográfico ou no seu próprio acesso. Assim, o turismo torna-se uma das expressões modernas do capitalismo

afere ao consumidor (turista) à condição efêmera de poder social, uma vez que, necessariamente, o sujeito além de possuir o capital financeiro para a realização da viagem, também se reveste desse personagem denominado de turista, cujo interesse é se distinguir das demais pessoas por meio da condição econômica materializada com o advento da viagem. (TAVEIRA, 2016, p.10)

Ressalta-se que, não apenas o espaço é apropriado como mercadoria, mas também tudo aquilo que o constitui. Nesse sentido, tanto a natureza como o próprio clima são vendidos como mercadoria, os recursos naturais tornam-se simples objetos de consumo. A fuga do caos urbano, da insalubridade e de todas as mazelas ocasionadas pela industrialização das cidades, trouxe a reaproximação do homem com a natureza, cujo ideal campestre é recuperado e os espaços afastados dos centros industriais passam a ser frequentados pela nova classe enriquecida

Para as classes com maiores poderes de compra empregam-se uma imagem pastoril, uma imagem campestre ou qualquer imagem que evoque a natureza como a mais bem sucedida das convenções para incrementar os ganhos no mundo das mercadorias, desde a margarina até os carros (HENRIQUE, 2009, p.107)

Embora, o turismo consolidasse suas bases em diversas partes do mundo com a Revolução Industrial, no Brasil ele só recebe atenção a partir da década de 1930, atrelado a diversas ações governamentais e individuais, tornando-se um campo de interesse político e econômico. Campos do Jordão, como mencionado anteriormente, possui sua gênese como cidade por meio da busca pelo tratamento da tuberculose, tal período é demarcado como “ciclo da cura”. Entretanto, a ideia de usufruir de seu clima e paisagem como recursos turísticos deu-se já em seus primeiros anos, quando a elite detentora de terras na região já enxergava e utilizava-se de seu território como espaço de veraneio.

Contudo, devemos ressaltar que o termo “turismo”, tal qual entendemos o conceito estabelecido hoje, só ganha tal denotação a partir de meados da década de 1930-40, justamente em seu período de grande desenvolvimento e estímulo. Segundo Guimarães (2013)<sup>10</sup>, em sua pesquisa desenvolvida a partir de análises dos jornais “Folha da Manhã” e “Folha da Noite”, entre os anos de 1921 a 1924, os termos mais comuns utilizados para caracterizar as viagens de lazer eram “viagens de recreio” e “excursionismo” (p. 213).

---

<sup>10</sup>Segundo Guimarães, durante o período de 1924-1934, o termo “turismo” era empregado nas reportagens como referência aos automóveis modelo turismo, como o Chevrolet Pavão 6, a propaganda e descrições exacerbadas das qualidades do carro, provocavam a admiração e o desejo de consumo de tal mercadoria.

Assim, a elite visando sua fuga dos grandes centros urbanos, refugiava-se nos espaços afastados, buscando nas montanhas momentos de descanso, apreciação e lazer, projetando no território a imagética europeia, assimilando seu clima e paisagens aos rincões suíços.

Provavelmente influenciadas pela cultura européia, as elites brasileiras passam a se interessar pelas virtudes do climatismo serrano, não apenas por deleite estético, propiciado pela visão cênica e pela vegetação de florestas, mas talvez principalmente em virtude do conforto propiciado pelas temperaturas mais amenas nas áreas serranas. A instalação do palácio imperial em Petrópolis, na serra fluminense, em meados do século XIX, dá início ao processo de valorização daquelas paisagens pela parcela abastada da população brasileira. (ALMEIDA, 2006, p. 27)

Dessa forma, a apropriação do território jordanense e de todos os seus recursos naturais dá-se dentro da configuração da lógica capitalista, na qual a natureza é reaproximada do homem como um objeto a ser consumido e desfrutado. Em seu livro “Direito à cidade”, Henri Lefebvre traz o conceito de “*direito à natureza*”, no qual o autor define que tal termo refere-se à prática da fuga das cidades e na transfiguração da natureza como valor de troca e de mercadoria, sendo esta comprada e vendida (1969, p. 107-108).

Apoderando-se da riqueza natural e do clima, tanto em sua condição de busca pelo tratamento da tuberculose quanto pelo turismo, Campos do Jordão tem a sua imagem vendida e propagada em todo o território brasileiro. A elite e os doentes usufruíram de sua natureza e de suas qualidades climáticas. Em um processo de longa duração, o espaço jordanense foi construído, seja no contexto de busca pela cura ou pelo refúgio em um oásis campestre, a produção de seu território resultou de medidas vindas de esferas políticas e das ações de personagens influentes, por meio de leis, decretos, investimentos e propagandas, Campos do Jordão projetou-se e transformou-se em um dos destinos de inverno mais famosos do Brasil.

## **2.2- 1930: A gênese do turismo brasileiro e Campos do Jordão como Estância Mista**

O turismo em sua organização, tal como conhecemos hoje, estruturou-se a partir da Revolução Industrial, que proporcionou o campo para a formação das classes burguesas comercial e industrial, além de desencadear mudanças significativas no estilo de vida da sociedade e proporcionar o início das viagens organizadas, posteriormente nomeadas de “turismo moderno”.

Entretanto, em terras brasileiras, a “máquina turística”, do mesmo modo que a industrialização, intensificaram somente em meados do século XX. Tendo como um dos elementos de impulso o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e a Quebra da Bolsa de Valores, em 1929, que contribuíram para que a busca por produtos nacionais e pelas viagens internas aumentassem.

Com a instauração de um novo modelo de vida, proporcionado pela industrialização, as formas de lazer também foram modificadas, nesse instante “a sociedade do trabalho e sua agitação direcionou as pessoas para o lazer, como forma de aliviar as tensões da vida, de afastar a rotina, a disciplina do trabalho e as normas estabelecidas” (PAIXÃO, 2005,s.p). O cenário favoreceu a procura pelas estâncias de repouso, principalmente as hidrominerais, que proporcionavam descanso e distração, possuindo como principal objetivo a fuga dos indivíduos do caos urbano, proporcionando o cuidado com a saúde física e mental.

A “Era Vargas”, iniciada com um golpe e efetivada através da promulgação da Constituição em 1934, na qual Getúlio Vargas tornou-se o presidente do Brasil, é marcada por iniciativas que contribuíram para o crescimento e instituição do turismo como um promissor setor econômico. Ao assumir o país, uma série de alterações no campo econômico e social ocorreram. Esse período é marcado pela centralização política, dissolução do Congresso Nacional, de Assembleias e Câmaras Municipais e da nomeação de interventores federais, este fato de grande importância para a cidade de Campos do Jordão.

Sob a bandeira da modernização, Vargas inaugurou novos ministérios, como o do Trabalho, Indústria e Comércio. “Nesse ínterim, Vargas apresentou diversos projetos e programas para crescimento e solidificação do país em diversas áreas em busca do que ele dizia ser um governo ‘revolucionário’” (DAZZI; JOAQUIM, 2017, p.3). É ponderável ressaltar que o Estado Novo (1930-1945), foi marcado por um período de conturbações políticas e pela busca da afirmação da “Identidade Nacional”. Nessa ótica, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) utilizou-se dos patrimônios, propaganda e turismo como meio de promoção e propaganda da ideologia do Estado Vargasista.

Contudo, antes de aprofundarmos no que diz respeito ao Departamento de Imprensa e Propaganda e suas ações em relação ao turismo, devemos frisar alguns pontos importantes, tais como o crescimento industrial do país aliado aos avanços de algumas medidas trabalhistas, como a instituição do salário mínimo e das férias, atuaram de maneira positiva para a propagação turística no Brasil. Segundo Hammerl

Os avanços na indústria nacional permitiram a ascensão não apenas da burguesia mas também de diversos trabalhadores que se beneficiaram com as revoluções nos tempos de trabalho. As mudanças políticas que acompanharam o mandato de Vargas foram de grande relevância para o desenvolvimento e popularização do turismo no país em razão dos investimentos significativos na área social. Entre 1931 e 1934 ocorreram as maiores mudanças em relação às leis que regulamentavam o trabalho. (2016, p.212)

Nessa conjuntura de jornada de trabalho fixada em oito horas, férias remuneradas e o direito a pensões e aposentadorias e com o alargamento do tempo livre, um número maior de pessoas passou a viajar. Assim sendo, não apenas um novo tipo de turismo surgia, como



também, um novo perfil de turista, que pertencia à camada média da população industrial e era o principal alvo dos inúmeros anúncios de serviços turísticos e de suas facilidades de pagamento (GUIMARÃES, 2013, p.225).

Aliado a esse cenário, a popularização dos transportes aéreos e terrestres favoreceram também o aumento do número de viagens. No ano de 1933, chegou ao Brasil o Chevrolet Pavão 6, seu modelo nomeado como “turismo” era recomendado para passeios, seu desempenho e preço acessível chamavam a atenção da nova parcela da classe média, que nesse momento buscava se constituir e adquirir novos hábitos, como as viagens de automóveis. Nesse sentido, a prática de viajar para o interior, principalmente o paulista, tornaram-se comuns.

Além disso, as divulgações feitas pelo *Touring Club do Brasil* sobre os roteiros das viagens organizadas e realizadas pelo seletivo grupo de proprietários de automóveis, tornava esse mercado lucrativo e fomentava a divulgação das atividades turísticas entre as elites dos centros urbanos. Campos do Jordão, por não ser distante do território paulista e carioca, logo não tardou a ser um dos destinos divulgados pelo *Touring Club do Brasil*. O mercado não se restringiu somente à fabricação e difusão dos automóveis, uma grande lista de produtos destinados às viagens também adquiriu espaço

Produtos específicos para “o turista” passaram a ganhar espaço nos anúncios publicitários. Malas, equipamentos de fotografia e, até mesmo sapatos, apareciam nas páginas dos jornais e revistas objetivando atingir um seletivo público que poderia usufruir de todos os recursos, até mesmo os mais supérfluos, que foram inventados para estimular o consumo inerente à prática dos nobres “turistas”. (HAMMERL, 2016, p. 203)

No ano de 1939, através do Decreto-Lei nº 1.915 de 27 de dezembro do referido ano, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tendo como principal objetivo a propagação dos valores do Estado Novo, principalmente entre a classe trabalhadora. O departamento possuía as divisões de Divulgação, Radiodifusão, Cinema e teatro, Imprensa, Serviços auxiliares, o qual se subdividia em comunicações, contabilidade, tesouraria, material, filмотeca, discoteca e biblioteca. A Divisão do Turismo (DT) dentre suas funções, era a responsável pela organização de planos e material de propaganda turística no exterior sobre o país. Nesse sentido

No período 1937-1945 Turismo, Patrimônio e Propaganda assumiram status de política de Estado, sendo submetidos a ações e tentativas de controle, organização e investimentos pelo Governo. O objetivo era transformá-los em ferramentas para dar suporte à criação de uma ideologia nacional, destacando a cultura brasileira e gerando uma visão positiva sobre o Brasil. (VIANNA, 2015, s.p)

Portanto, a organização e institucionalização do turismo no Brasil surge aliado aos interesses políticos e ideológicos do Estado. O governo possuía consciência de que as atividades

turísticas podiam facilitar a empregabilidade, acarretando um bom desenvolvimento econômico, da mesma maneira que era um excelente instrumento para a solidificação da imagem do Estado Novo.

Dentro de toda essa logística estatal, Campos do Jordão seguia seu caminho sob uma via de mão dupla. O pequeno território estruturou-se como forma de garantir a coexistência das atividades de saúde e lazer. A presença de hotéis e pensões luxuosas, instigava a visita de “não doentes” à cidade. Tal cenário preocupava os líderes do “movimento higienista”, visto que, com o aumento do fluxo de indivíduos, doentes e sãos poderiam entrar em contato, ocasionando a proliferação da doença.

Segundo Pedro Paulo Filho (1986, p. 256), no início da década de 1930, a cidade contava com inúmeras pensões para o tratamento da tuberculose, a grande maioria localizava-se na vila Abernécia, outras ainda poderiam ser encontradas na vila Jaguaribe e Capivari, embora nesta última frequentasse doentes de alto nível social. No ano de 1931, circulava-se a gênese da construção de um hospital popular em Campos do Jordão, através de apoio político e das elites locais e paulista, no dia 22 de novembro do referido ano, inaugurou-se o primeiro e, posteriormente em 1934, o segundo pavilhão, do prédio que seria popularmente conhecido como “Sanatorinhos”.

Durante muito tempo, o território jordanense serviu de refúgio para doentes advindos das mais diversificadas partes do Brasil. Muitas cidades paulistas enviavam seus enfermos indigentes para a cidade, aumentando o número de leitos e as despesas. Dessa forma, “a Prefeitura Sanitária, com o papel de cuidar das políticas de tuberculose na localidade, passou a cobrar a participação efetiva em contribuições financeiras dos municípios que enviavam seus doentes para terapia sanatorial” (HAMMERL, 2016, p. 192). Todavia, as contribuições eram mínimas.

Sem o aporte econômico necessário, a ausência de vagas e com o aumento de doentes, a alternativa, através das medidas realizadas por Macedo Soares, foi a separação do núcleo dos doentes ricos do espaço destinado aos doentes pobres. Tal medida era reflexo dos desejos da própria elite local. Através de diversas obras de melhoramento e embelezamento, com o auxílio de Adhemar de Barros, a divisão dos espaços foi ficando cada vez mais evidente. Principalmente, pelo fato dos espaços destinados a cura serem, majoritariamente, localizados nas vilas Abernécia e Jaguaribe, enquanto os territórios da vila Capivari eram destinados para a construção de casas de veraneio da elite.

Paulatinamente, Campos do Jordão configurava-se em um espaço que, neste momento, não atendia apenas aos desejos de cura, mas também, aos interesses pessoais de uma elite, com

profundas ligações políticas que projetava para o espaço um local de repouso. Durante os anos de 1939 e 1940, nota-se um aumento no número de instalação de hotéis e clubes na cidade.

No entanto, a pedra fundamental da consagração do turismo em terras jordanenses é lançada através do Decreto de nº 10.863, por intermédio deste, o Governo de São Paulo autorizou a desapropriação de terras para a instalação de uma colônia de férias pela Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão. O contexto histórico, aliado a medidas políticas e pessoais, garantiram que o turismo se transformasse em um mercado de interesse das grandes personalidades, mediante o decreto, a ideia da fomentação do turismo é reafirmada. A década de 1930 estabeleceu a gênese da atividade que se consagraria durante a década de 1940 e tornaria a pequena cidade paulista em um território ainda mais prestigiado.

### **2.3- *Faites vos Jeux*<sup>11</sup>: a década de 1940 e a Era dos Cassinos**

Em passos crescentes, o turismo consolidava suas bases em território brasileiro, durante a década de 1930 através da gradativa industrialização do país e das iniciativas governamentais, foi possível a intensificação da atividade turística no Brasil. Ao mesmo tempo que novas alternativas de tratamento da tuberculose surgiam, como a criação da “estreptomina”, medicamento voltado para o combate do *bacilo de koch* que ocasionavam a queda da busca pelo tratamento sanatorial. Dessa forma, o turismo que, desde a década de 1920 já era fomentado em territórios jordanenses, passa a ser visto como o grande potencial da pequena cidade.

As décadas de 1940 a 1960 são importantes para a consolidação do turismo no cenário nacional, pois trata-se do momento em que diversos setores e pessoas, articulam-se para a organização e afirmação do turismo como uma pauta de interesse para a política nacional. A “Era Vargas” é a responsável por semear as primeiras ideias e a encarar essa prática como algo em potencial, ainda durante o período de 1930. O turismo, da mesma forma que a propaganda e a imprensa, foram utilizadas como ferramentas pelo Estado para a propagação de sua ideologia e a afirmação da identidade nacional.

Embora as elites locais tentassem consolidar a imagem turística de Campos do Jordão, devemos ressaltar que tal mudança não ocorreu de maneira acelerada, mas a partir de um longo processo realizado tanto por ações locais e políticas, quanto por propagandas exaltando a beleza e o aconchego que a “Davos paulista” podia oferecer. O cenário proporcionado pela conjuntura política, econômica e social delineou o processo de conscientização turística, assim como

---

<sup>11</sup> Expressão francesa utilizada para designar o início das apostas. Em tradução livre “Faça sua aposta”.

afirma o advogado e historiador Pedro Paulo Filho (1986, p. 588) “podemos fixar, para fins didáticos, o ano de 1940 como o limiar do Ciclo do Turismo com o início de obras governamentais de infra-estrutura”.

Ao final dos anos de 1930, já ocorriam indícios de mudanças para com a cidade, a imprensa era a principal responsável por propagar e fomentar o novo panorama que o município adquiriria. Em maio de 1938 a revista “Sanatorinhos” anunciava

Campos do Jordão não é apenas a Maravilhosa Estância de Cura, em cujos sanatórios se processa dia a dia, o almejado retorno da saúde. É também região ideal de turismo, do repouso, do veraneio. Digam-no as centenas e centenas de turistas que, anualmente, procuram essas montanhas, seja pela amenidade de seu clima, durante os meses de verão, ou pelos aspectos extraordinários que lhes emprestam o inverno, quando os campos amanhecem cobertos de gelo, lembrando paisagens européias [...] (1986, p. 588)

Durante esse período, José Carlos de Macedo de Soares, com sua Companhia de Melhoramentos de Campos do Jordão, foi o responsável por realizar uma série de mudanças na organização e infraestrutura da cidade, por meio de sua aliança com o então interventor do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros. Através dos investimentos foi possível a construção de diversas vias de acesso e o melhoramento das estruturas da cidade proporcionando o desenvolvimento urbanístico do município. O envolvimento do interventor estadual com Campos do Jordão não era uma casualidade.

A contribuição de Adhemar de Barros para o desenvolvimento de Campos do Jordão não é mero acaso, pois ele tinha interesses pessoais na melhoria da estância por ser detentor de várias propriedades no município. Além de terras, Adhemar ainda mantinha empreendimentos na cidade, como sua participação na Sociedade Belfruta Ltda, empresa com grandes plantações de frutas, em especial maçãs, e com instalações industriais em Campos do Jordão que produziam doces, sucos, conservas e bebidas alcoólicas. (HAMMERL, 2013, p.165)

No decurso da década de 1940, a cidade jordanense ainda recebia muitos doentes do peito para o tratamento. Como forma de conter o alastramento e a perambulação dos tuberculosos pela região, o Decreto nº 11.781 seccionou a cidade em duas zonas, nas quais a Abernêssia seria a responsável por abrigar as pensões e as pessoas destinadas a receber os cuidados contra a doença, enquanto que a Vila Jaguaribe e Capivari foram consideradas impróprias para a instalação de pensões e casas coletivas para o tratamento de tuberculosos. Certamente, a medida não visava somente a preocupação sanitária, mas também “em razão do fato de que já existia uma separação induzida pela elite entre as áreas destinadas aos doentes e aos veranistas.” (HAMMERLR, 2013, p. 170)

Não obstante, no ano de 1941 outro Decreto-Lei foi estabelecida como forma de exercer um maior controle sobre os doentes que ainda insistiam em circular pelas zonas determinadas como impróprias. Esse Decreto-Lei nº. 11.891 determinava, em seu Artigo 3º, que era de

responsabilidade do Médico inspetor “fiscalizar as pensões e hotéis privativos de pessoas sãs, no sentido de não permitir a permanência, nessas casas, de portadores de tuberculose” e ainda “ter a seu cargo a fiscalização no que diz respeito à higiene das ruas, praças, estações, bares, restaurantes, casas de diversões, pensões, hotéis e sanatórios” (SÃO PAULO, 1941). Estas diligências garantiram não apenas as divisões da cidade, promovendo os locais que sãos e doentes poderiam frequentar, mas, também, certificando e facilitando a segurança de seus visitantes.

O zoneamento da cidade contribuiu para a intensificação da busca pelo lazer e repouso em Campos do Jordão. Durante este período ocorre uma série de investimentos no setor hoteleiro na cidade, percebe-se que a iniciativa turística na cidade não parte unicamente de interesses particulares, mas também do setor público que, no ano de 1944, inaugura o Grande Hotel. A partir disso, outros hotéis foram construídos, inaugurando o ciclo do turismo.

O período demarca a prosperidade do ramo hoteleiro. Entretanto, deve-se ressaltar que desde o início estes são voltados para hóspedes com alto poder aquisitivo. Aliado aos investimentos realizados pelo governo no setor, além das novas medidas trabalhistas, como o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, a “Era dos Cassinos” foi uma das grandes responsáveis pela busca da cidade pela elite em seus períodos de descanso.

Respalda pelo o Decreto nº3987, de janeiro de 1920, as Estâncias de Águas Hidrominerais possuíam a autorização para a ocorrência de “jogos de lazer em clubes e cassinos das estações balneárias, termais e climáticas”. Ressalta-se que o decreto estipulava que 15% do que era arrecadado através dos jogos deveria ser destinado à saúde pública. Muitos dos eventos organizados pelos hotéis-cassinos objetivavam a arrecadação de fundos para as ações sociais, destacando-se aqui os eventos realizados no Rio de Janeiro, pela então primeira-dama Darcy Vargas.

Os governos dos estados que mantinham casas de jogos foram beneficiados pelas participações nas finanças desses empreendimentos. Em alguns casos, o próprio governo investia e lucrava integralmente com os cassinos, como foi o caso de Campos do Jordão. Adhemar de Barros foi um grande entusiasta e muito incentivou esses empreendimentos em todo o estado de São Paulo. (HAMMERL, 2013, p. 175)

Deste modo, a aliança entre os jogos e as estâncias tornavam-se a solução para os impasses da saúde pública, pois além das verbas vindas dos cassinos, também ocorria a arrecadação de impostos através da venda de bebidas alcoólicas. A elite milionária, fortalecida pelo Estado Novo e sem alternativas de viagens para o exterior por conta do período de guerras, voltou-se para as atividades turísticas e de lazer e passou a ocupar as mesas de apostas dos hotéis luxuosos.

Em Campos do Jordão, no ano de 1945 começou a operar o cassino do Grande Hotel, no qual as apostas ocorriam nos jogos de roleta, na campista e *baccarat*, a atividade era administrada pela arrendatária de jogos a Empresa Paulista de Diversões Ltda (1986, p. 601), o cassino possibilitou o aumento do fluxo da elite brasileira na estância. Porém, com o ato de proibição dos jogos decretado em 1946 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, através do Decreto-Lei n°. 9.215, todas as casas, centros e cassinos foram obrigados a interromper suas atividades e, conseqüentemente, o cassino do Grande Hotel também foi obrigado a encerrar sua atuação.

Além disso, com o término do Governo Vargas em 1945 e a descontinuidade da prestação de serviços da divisão de turismo pelo DIP, assim como a eleição de Adhemar de Barros como governador do Estado de São Paulo, em 1947, o desenvolvimento turístico da cidade sofreu modificações e recebeu novas orientações

A proibição da principal atividade geradora de renda do município, aliada ao declínio em relação à fase sanatorial, configurou um cenário no qual os proprietários dos empreendimentos hoteleiros deveriam lutar para que seus investimentos não fossem perdidos. Inicia-se, portanto, a necessidade não só do fomento, mas, sobretudo, de planejamento da atividade turística na estância. (HAMMELR, 2013, p. 176)

À vista disso, a atividade turística que era encarada como algo promissor, tornou-se a principal engrenagem econômica da cidade. A modificação dos quadros políticos, tanto em nível estadual como federal, desencadeou uma série de transformações na estruturação da cidade, ao mesmo tempo que sua função sanatorial declinava. Obviamente, que a substituição da imagem de uma cidade sanatorial para uma cidade turística não foi estabelecida de maneira imediata, mas sim em um processo de longa duração e nas inúmeras tentativas dos empreendedores da cidade que realizavam investimentos no setor turístico.

As novas décadas que viriam a seguir seriam as responsáveis por consolidarem e lançarem a pedra fundamental do turismo e da imagem turística da pequena Campos do Jordão, que se tornaria o destino mais famoso de inverno do Brasil.

### 3º CAPÍTULO

#### O Paraíso Terrestre: a consolidação da prática turística em território jordanense

##### 3.1- A (re)significação do espaço jordanense

A produção e consumo dos chamados “espaços turísticos”, enquadram-se na lógica de produção e reprodução da acumulação capitalista. A indústria turística, apropria-se dos espaços denominados como pré-capitalistas, monumentos e cidades históricas por exemplo, assim como, dos espaços inseridos dentro da lógica da reprodução, como as indústrias e postos, e dos espaços naturais (PAIVA e VARGAS, 2010, p. 1-2). Assim, turismo, produção e consumo do espaço, estabelecem-se como elementos articulados

Duas características intrínsecas ao turismo o diferenciam, fundamentalmente, de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo. (CRUZ, 2006, p. 338)

As transformações do espaço, tanto em suas configurações físicas quanto aos seus significados e projeções, são realizadas através do tempo, por meio de agentes sociais. Dessa forma, cada sociedade produz, historicamente, seu espaço como meio de sua própria reprodução. Segundo Milton Santos, o espaço

é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 2017, p. 103-104)

Compreender o espaço em sua totalidade exige a atenção a todos os fatores que o formam, seja em sua estância de recursos naturais ou na própria ação do homem, ou de grupos sociais, em sua constituição. Além disso, a análise não encerra-se na dinâmica humana, mas no significado e na função estabelecida ao território, Milton Santos em seu livro “*A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*”, afirma que o espaço é “uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem.” (2017, p. 104)

Assim, conforme ocorrem as mudanças sociais, o espaço também ganha um novo significado, uma nova projeção. A utilização do território e de sua imagem adequam-se, de acordo, com a significação estabelecida por seus habitantes e visitantes, adequam-se às novas necessidades surgidas. Nesse sentido, uma cidade pode ter sua organização e funcionalidade

transformadas seguindo as novas exigências ou imposições providas dos mais diversificados fatores.

Campos do Jordão, enquadra-se nesse movimento de ressignificação do espaço, a cidade possui sua origem como um espaço sanatorial, da busca pelo tratamento e cura da tuberculose, por meio de um processo de longa duração e da atuação de diversos setores sociais, sua imagem foi se transformando, agentes políticos e do ramo turístico buscaram modificar tanto o território geográfico quanto a própria imagem vinculada a cidade, como meio de colocar-se como destino turístico e atrair mais visitantes.

Ingressar no competitivo rol dos destinos turísticos nacionais e internacionais não é objetivo fácil de ser alcançado. Tornar-se um destino turístico nacional e internacionalmente conhecido é resultado de um feixe de ações e relações, fatores endógenos e exógenos cujo comando, no mais das vezes, não pertence ao lugar receptor. Ao contrário, a hegemonia dos mais importantes pólos emissores do País e do mundo se pode fazer sentir sobre muitos dos destinos turísticos do mundo e do País. (CRUZ, 2006, p. 338)

Após a proibição dos jogos em 1946, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, e o encerramento das “Políticas Vargasistas” destinadas ao turismo, fez-se ainda mais necessária a desvinculação da imagem sanatorial, da mesma forma que, era fundamental salvar os investimentos já realizados na cidade. Era imprescindível transformar Campos do Jordão em um local de referência para o turismo e abandonar a vinculação de sua imagem em um destino de tratamento para a tuberculose.

Durante algumas décadas, a cidade vivenciou a experiência de ser a responsável por atender a uma parcela da população doente e a uma outra parcela que, buscava a montanha jordanense para fins de lazer. Entretanto, durante a década de 1940, com o desenvolvimento de medicamentos que visavam o combate ao *bacilo de koch*, gradativamente, a procura pelos tratamentos por meio do clima também declinaram. A partir desse momento, era necessário repensar, não apenas a imagem e propaganda da cidade, mas também, a organização e reformulação das atividades turísticas em Campos do Jordão.

Além do encerramento da atividade de maior atratividade da cidade, os cassinos, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, não ocorreram uma significativa participação e desenvolvimento da atividade turística do Brasil. Nessa esteira de pensamento, representantes da rede hoteleira jordanense organizaram-se e formaram a Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, que



Em conjunto, participavam de reuniões organizadas anualmente por hoteleiros de todo o país, tendo recebido a quarta edição do Congresso Nacional Hoteleiro, evento que deu origem a um documento encaminhado à Câmara Municipal solicitando auxílio do poder público local para conseguir apoio federal à redução dos impostos destinados a hotéis do país. (HAMMERL, 2016, p. 231)

Outras iniciativas também foram fomentadas, como o Centro de Planejamento de Campos do Jordão e a Sociedade de Amigos de Campos do Jordão, a primeira organização visava a promoção de estudos, entre as pessoas interessadas, para a melhoria da cidade; a segunda organização tinha como objetivo “cooperar com as autoridades para a solução dos problemas da cidade, dentro de um ideal progressista.” (HAMMERL, 2016, p.232). Sendo assim, atores sociais e políticos articularam-se para atingirem os objetivos em comum.

Durante o ano de 1951, Getúlio Vargas retornou ao poder e com ele retornava o entusiasmo do setor turístico no Brasil. As iniciativas durante este segundo governo de Vargas, eram mais voltadas para o turismo receptivo e nos estímulos de visitação de estrangeiros ao país. Assim, atores locais e empresários jordanenses uniram-se como o Governo do Estado e o Governo Federal para o desenvolvimento e ampliação da atividade turística em Campos do Jordão.

É com a figura de Vargas que ocorre um dos momentos de maior propaganda para a cidade, durante o ano de 1951, o recém eleito presidente do Brasil visitou a pequena cidade do interior paulista. “Reunião Secreta em Campos do Jordão”, assim foi intitulada a reportagem divulgada no jornal “A Noite” em sua edição de sábado, do dia 20 de janeiro de 1951, noticiando a presença de Getúlio Vargas e outros políticos na cidade. Sua visita, foi um fator de grande importância para a publicidade de Campos do Jordão, visto que, o município foi destaque nas primeiras páginas dos jornais brasileiros. Assim, a cidade já conhecida e frequentada pela elite paulista e carioca, teve seu nome propagado em todo o território brasileiro.

Em 1952, criou-se a primeira agência de turismo da cidade, a *Jortur-Jordanense de Turismo*, o principal objetivo da empresa era “promover o maior número possível de viagens turísticas, a preços e condições que permitissem o acesso a Campos do Jordão por todas as categorias sociais.” (1986, p. 605) Portanto, a cidade lançava-se novamente ao cenário nacional e, agora, não se apresentava apenas a elite, mas convidava outros grupos sociais a conhecê-la.

Nesse mesmo ano, impulsionado pela retomada da atividade turística e pela necessidade de sua organização, fez-se necessário a instituição de órgão responsável pelo planejamento turístico. Assim, o vereador Joaquim Corrêa Cintra propôs o Projeto de Lei que criou a Diretoria Municipal de Turismo (D.M Tur), que tinha como objetivo o incentivo, o planejamento e a execução das atividades turísticas no município. Dentre suas primeiras e principais ações,

destaca-se a organização do Iº Congresso Nacional de Turismo, realizado em 1953 na cidade, sendo esse evento pioneiro no Brasil.

Outro evento que demarcou a popularização de Campos do Jordão, foi a “Primeira Festa da Maçã”, realizada em março de 1953. A celebração contou com a presença de Adhemar de Barros e constituiu-se como uma das maiores ações turísticas e econômicas da cidade. Segundo Pedro Paulo Filho “A montagem promocional da 1º Festa da Maçã provocou uma explosão publicitária de Campos do Jordão nos principais jornais e revistas do País.” (1986, p. 674). Contando com a exposição de frutas, flores e hortaliças, a 1º Festa da Maçã reuniu milhares de pessoas e promoveu a prática turística jordanense.

Fotografia 5 - Festa da Maçã de Campos do Jordão



Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo, acompanhado pelo prefeito Paulo Cury [1953]  
Fonte: Rocha, s.n.t.

Fotografia 6 - Grande público participante da Festa da Maçã



Público reunido para assistir as festividades da Primeira Festa da Maçã [1953]

Fonte: Rocha, s.n.t.

Além disso, é durante a década de 1950 que a prática turística passa a ser vista como essencial para a engrenagem econômica da cidade. Em novembro de 1952, o jornal “A Cidade” noticiava: “Felizmente, o turismo já não constitui mais um tabu. Turismo é já, no consenso, uma atividade fundamental para o desenvolvimento definitivo de cidades, regiões, quiçá, de países inteiros.” (1986, p. 604)

A nova imagem da cidade e a ressignificação de seu espaço iniciava-se. A visita do então presidente, Getúlio Vargas, e sua repercussão nacional, da mesma maneira que, as novas organizações que visavam a reformulação da prática turística e os investimentos realizados, elucidam os primeiros momentos da transição e transformação da cidade em estância turística.

### 3.2 – A consolidação da atividade turística

As medidas discutidas no Iº Congresso Nacional no Turismo, trouxeram à tona a necessidade da consolidação das bases da indústria do turismo e do incentivo da participação pública em sua exploração. Dentre as ideias debatidas durante o congresso, destacaram-se a solicitação da liberação e retomada dos cassinos, prática proibida desde 1946, tal medida de legalização, visava o aumento da arrecadação de taxas e o aumento do fluxo dos turistas. Dessa forma

foram entregues ao Presidente da República ofícios, assinados por várias estâncias como Guarujá, Poço de Caldas, dentre outras, insistindo na legalização do jogo. Embora houvesse essa ambição por parte dos solicitantes, o Governo Vargas nada fez para tender a estas expectativas (HAMMERL, 2016, p. 239)

A retomada da prática dos jogos tornou-se inviável, pois devido às influências das medidas políticas anteriores, tanto os jogos como os cassinos configuraram-se como uma prática imoral, os jogos passaram a ser caracterizados como atividades que se opunham à tradição jurídica, moral e religiosa. Em contraponto, outros lazeres eram estimulados, como a visita aos museus e teatros, atividades enriquecedoras e que valorizavam o indivíduo, “[...] O Governo Federal financiava esportes, alguns clubes e estimulava o tempo das férias para se conhecer o Brasil.” (2016, p. 239). Em virtude desses aspectos, Campos do Jordão precisou adequar sua nova prática turística e a planejar novas atrações para esse novo público.

Outra medida sugerida no Iº Congresso Nacional do Turismo, foi o incentivo e a divulgação dos locais turísticos brasileiros no exterior. Durante o segundo governo de Vargas, as publicações da revista *Travel in Brazil*, serviram como ferramentas para a propaganda turística brasileira em outros países, objetivando a fomentação e a facilitação do turismo.

Como ainda não havia uma “mentalidade turística” no Brasil, conforme alegavam os próprios atores, a vinda de turistas estrangeiros seria interessante para dar fluidez ao movimento turístico que ainda buscava-se construir. Isto é, na ausência de uma classe ampliada de turistas no Brasil, os turistas estrangeiros, cuja mentalidade turística já estava construída, poderiam oxigenar o mercado nacional. Ao menos assim esperavam os envolvidos, que nos discursos frequentemente enfatizavam como os turistas do estrangeiro se dedicavam à atividade e como isso era uma prática “ausente” dentre os brasileiros. (2016, p. 240-241)

Como resultado, a política nacional do turismo brasileiro durante a década de 1950, foi voltada para o exterior, prática que permaneceu nos governos posteriores a Getúlio Vargas. Após o suicídio do então presidente em 1954, e a extinção da divisão do turismo no DIP, a questão turística ficou sem um órgão federal responsável por sua organização. Dessa forma, a questão de um órgão institucional responsável pelo turismo só foi solucionada com a criação do Instituto Brasileiro de Turismo (IBRATUR).

Entre a realização do Iº Congresso Nacional do Turismo, a extinção da divisão do turismo no DIP e a criação da IBRATUR, antecessora da Embratur, o turismo jordanense ficou a cargo da gestão pública municipal, que aliada a D.M Tur, conseguiram um amplo desenvolvimento da atividade turística, sem a dependência direta do apoio estadual ou federal. Embora as associações turísticas jordanense buscassem atrair visitantes, de maneira geral, as atrações turísticas de Campos do Jordão não variavam muito do que era apresentado na década de 1930, como a estadia nos hotéis luxuosos, o contato com a natureza e os passeios a cavalo.

Entretanto, a construção de hotéis mais populares e a facilitação do acesso à cidade pela rodovia Presidente Dutra, trouxeram uma nova classe praticante do lazer. Fazia-se necessário o oferecimento de atividades mais atrativas, pensadas para atrair essa nova camada populacional

e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do turismo local. Assim, em um primeiro momento circulou algumas ideias, como a sugestão da construção de um Centro de Alpinismo, porém a iniciativa não seguiu adiante. Outra prática sugerida, que permanece até os dias atuais, foi o incentivo à visita guiada aos bairros nobres da cidade e a sua apreciação arquitetônica.

De certa maneira, a imagem turística de Campos do Jordão ganhava forma, substituindo a imagética de cidade enferma. Em 1959, a revista “O Cruzeiro” em sua reportagem intitulada “Campos do Jordão, Viveiro de Deus” (1986, p. 606), ressaltava que a cidade de Campos do Jordão não se enquadrava mais na concepção de cidade enferma ou de local de cura. Ao longo da reportagem, são estabelecidas as “verdades” que o Brasil, como um todo, conhece a respeito da cidade. Uma verdadeira exaltação do clima e das construções arquitetônicas são feitas ao longo do texto, assim como, ocorre uma idealização do território para a fixação de moradias.

Concomitante com a reportagem, em território jordanense ocorria uma verdadeira valorização dos recursos naturais da cidade. Os diversos materiais de divulgação incentivavam a visita ao Pico do Itapeva, ponto mais alto da cidade, Gruta dos Crioulos, formação rochosa que serviu de refúgio aos escravos fugitivos, e a Pedra do Baú, que poderia ser escalada pelos mais aventureiros. De certa forma, a D.M Tur esforçava-se para facilitar o acesso a essas regiões, recorrendo ao apoio financeiro e as consecutivas obras de infraestrutura e melhoramento das estradas. Nessa lógica

A implementação de obras voltadas a aumentar a fluidez do território, bem como outras destinadas à melhoria de condições infra-estruturais básicas dos lugares (abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto e coleta e acondicionamento de resíduos sólidos) correspondem a algumas das ações estratégicas emanadas do Estado (sobretudo poderes públicos federal e estaduais) no sentido de desenvolver o turismo no território nacional. Tornar o território atrativo para o capital privado é o objetivo precípua dessas ações. (CRUZ, 2006, p. 338)

É ainda durante esse período que a D.M Tur buscou promover o turismo da cidade através do cinema. Em 1953, foram gravadas na cidade cenas do filme “Floradas na Serra”, produzido pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz e tendo seu roteiro adaptado do romance de Dinah Silveira de Queiroz.

Embora as estâncias não fossem uma constância nas produções da Vera Cruz, não há como negar que os filmes eram de grande relevância para a divulgação das mesmas. A divulgação dos destinos, unida aos ganhos no setor do lazer (investimentos em infraestrutura e avanços nas leis trabalhistas) que se desdobravam em todo o país proporciona um aumento no fluxo de pessoas que as buscavam. (HAMMERL, 2016, 247)

A produção foi apoiada por políticos e empresários jordanenses, sucesso em bilheterias “Floradas na Serra” reproduziu e divulgou em todo o território brasileiro as paisagens de Campos do Jordão. A D.M Tur., através de suas ações, estimulou ao máximo a propaganda e

divulgação do filme, visando a construção de uma imagem da cidade e seu reconhecimento nacional, incentivando a procura por um número maior de possíveis turistas. De certa forma,

O contexto do Turismo é, essencialmente, geográfico, pluriculturalista, polissêmico, plural. Constitui-se num fenômeno sociocultural de valor simbólico aos Sujeitos que o praticam e aos Sujeitos que vivem nos lugares onde ele é praticado. Há uma publicização, incentivada pelo mercado neoliberal da comunicação, quanto às IMAGENS que devem ser consumidas pelo Sujeito Turístico. (CASTROGIOVANNI, 2009, p. 4)

Ao mesmo tempo, com as construções de hotéis mais populares e o estabelecimento de colônias de férias na cidade, como a colônia de férias da polícia militar de São Paulo e a do “Centro de Estudos Filosóficos Solidariedade, Altruísmo e Amor”, tais iniciativas representavam os primeiros passos para a constituição do turismo destinado às massas populares e a fixação do setor turístico como engrenagem na economia da cidade.

Certamente, o grande quantitativo de colônias de férias em Campos do Jordão nesse período também se deve aos massivos esforços para divulgar a estância. Pelo reconhecimento nacional do território, aliado à estrutura do espaço turístico, rapidamente o destino se formatou como um produto de destaque levando a outras estâncias a reconhecerem os avanços da atividade na cidade. (2016, p. 249)

Após décadas de esforços, o período de 1960 em diante, demarca o declínio final da era sanatorial de Campos do Jordão e a consagração definitiva do turismo no território jordanense. Enquanto a cidade consolidava suas bases turísticas, no campo nacional novos estímulos a política turística foram realizados.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em 1958 foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), oficializada em novembro pelo Decreto nº 44863. Seu principal objetivo era coordenar as atividades turísticas no Brasil, facilitando a entrada de turistas estrangeiros. Porém, em 1962 a COMBRATUR foi desativada, só retornando sua atividade em 1966, com Castelo Branco.

É durante o conturbado ano de 1964, que o Palácio de Campos do Jordão foi inaugurado, contando com a presença de Adhemar de Barros, do presidente Castelo Branco e do Chefe da Casa Militar, Ernesto Geisel. A construção iniciada em 1938, sofreu grandes períodos de paralisação, só sendo concluída 26 anos depois. Assim como fazia com Getúlio, Adhemar de Barros recebia em sua residência e acompanhava Castelo Branco em suas visitas a cidade.

Com todas as pompas que as circunstâncias exigiam, cada vez que Castelo Branco chegava à Campos do Jordão os noticiários voltavam-se para a cidade, atingindo o objetivo de continuar a promoção do lugar. Contudo, mais do que promover a estância, a estratégia de Adhemar era continuar as articulações em prol do turismo com a esfera federal, assim como havia realizado nas gestões anteriores. (HAMMERL, 2016, p. 254)

Além da participação e investimento federal nas atividades turísticas, os governos estaduais passaram a também investir. Em 1965, o governo do Estado de São Paulo criou a

Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo. Suas ações visavam o crescimento do turismo, a organização do calendário turístico e o estímulo à participação dos setores privados na atividade turística. Todavia, a participação da Secretaria do Turismo deu-se de maneira limitada, parte disso vinda do rompimento político entre Adhemar de Barros e Castelo Branco.

Com o afastamento de Adhemar de Barros do âmbito político, coube aos agentes municipais de Campos do Jordão a continuidade do desenvolvimento do turismo na cidade. Aos poucos, através de decretos, propagandas e redefinições de ações, o turismo de Campos do Jordão deixou de ser elitizado, obviamente que, essa parcela da população continuou visitando a cidade e tendo suas necessidades atendidas. Porém, com as novas demandas, o turismo popular passou a ser instigado na cidade.

Os avanços do turismo, voltado às classes populares, ganharam amplitude com o passar dos anos, permitindo a Campos do Jordão tornar-se, cada vez mais, reconhecida nacionalmente. O lazer popular foi, certamente, uma das importantes vertentes que permitiu a manutenção da função turística na estância até os dias atuais, embora a imagem de um turismo elitizado, voltado às classes superiores, ainda esteja arraigada ao destino. Isso porque os atores locais, apesar de investirem e se adaptarem de forma a realizar a prática do turismo popular sempre mantiveram, conjuntamente, a manutenção do território das elites. (HAMMERL, 2016, p. 258)

Durante toda a década de 1960, o turismo em Campos do Jordão adquiriu sua forma concreta e um novo conteúdo. Através das ações e esforços de períodos anteriores, a atividade turística estabeleceu-se de forma definitiva e tornou-se a principal imagem da cidade.

### **3.3- Nos acordos da ditadura: os Festivais de Inverno e Campos do Jordão como Estância Turística**

Ao longo de quase três décadas Campos do Jordão trilhou seu caminho em busca de sua afirmação turística. Durante esse percurso, foi possível aferir a participação de personalidades políticas, locais e nacionais, e a atuação da elite paulista e fluminense na constituição do turismo em território jordanense. Em um processo de longa duração, a imagem de Campos do Jordão foi modificada, de cidade sanatorial passou a ser conhecida como um dos principais destinos de inverno do Brasil.

A partir de esforços e interesses conjuntos, a organização turística de Campos do Jordão ampliou e solidificou suas bases. É interessante perceber como a instituição do turismo na pequena cidade do interior paulista, resultou de práticas e experimentações nacionais e locais. Ao final da década de 1960, o nome de Campos do Jordão tornava-se sinônimo de turismo e lazer. O entusiasmo com a potencialidade turística da cidade decorria de uma série de fatores que se concretizavam naquele período. A constante presença de personalidades famosas, os

investimentos em propagandas e em novas práticas turísticas aumentavam o fluxo de visitantes na cidade.

Com a concretização da obra e inauguração do Palácio Boa Vista em 1964, obra arquitetônica inspirada nos moldes dos castelos europeus e idealizadas pelo então interventor federal Adhemar de Barros, novos planejamentos foram realizados para a utilização do espaço. Entretanto, apenas em 1967 quando Roberto Costa de Abreu Sodré assumiu o governo é que esses planejamentos foram colocados em práticas. Ao nomear seu secretário da Fazenda, Luís Arrobas Martins, estudos foram realizados para a ocupação do espaço, por meio do Grupo Executivo de Aproveitamento do Palácio de Campos do Jordão (Geapac) cogitou-se inúmeras possibilidades, dentre as ideias levantadas pensou-se em utilizar o edifício como hotel, hospital ou escola. Todavia,

Ao mesmo tempo foi observado que, mesmo não possuindo ornamentação ou maiores atrativos, o Palácio era visitado por grande número de pessoas. Deste modo, Luís Arrobas, um homem apaixonado pelas artes, decide iniciar uma série de atividades culturais, o que ia ao encontro da ambição da cidade de alavancar seu movimento turístico. (FRESCA, 2019, p. 15)

Nesse sentido, a cidade ganhava mais um atrativo turístico, o Palácio Boa Vista. Para acolher os visitantes, o edifício passou por pequenas modificações e recebeu um acervo de arte, no qual sua composição variava de móveis, pinturas e esculturas, destacando-se para obras do modernismo brasileiro. É durante o ano de 1970, que o Palácio Boa Vista foi declarado Monumento Público do Estado de São Paulo e aberto ao público. Nesse mesmo ano, Luís Arrobas Martins também idealizou um festival musical.

Luís Arrobas Martins imagina que o Boa Vista poderia abrigar também um festival de música nos moldes do Festival Mozart, que acontece anualmente em Salzburg, na Áustria. É nesse contexto que se realizam, em 1970, os Primeiros Concertos de Inverno de Campos do Jordão. (FRESCA, 2019, p. 15)

A ideia de um festival artístico na cidade movimentou os mais diversificados setores, que visualizaram através dele a possibilidade de enriquecimento da atividade turística e, conseqüentemente, o aumento do fluxo de visitantes. Diversos projetos de infraestrutura foram realizados para acolher tanto o festival quanto para ampliar o turismo, a prefeitura da cidade realizou iniciativas ousadas, como a tentativa de construção de um aeroporto.

Ao incentivar tais atividades em território jordanense, Luís Arrobas Martins possuía como pretensão promover em Campos do Jordão os mesmos programas oferecidos nos grandes centros culturais da Europa e América do Norte (1986, p. 686). O primeiro festival, foi organizado pela Comissão Organizadora dos Concertos de Inverno de Campos do Jordão, órgão ligado ao Geapac, e composta por Camargo Guarnieri, Lydia Alimonda (pianista) e José Luiz



Nunes (jornalista). Essa comissão não ficou responsável apenas pela organização dos Concertos de 1970, mas também pela elaboração de planos e regulamentos dos futuros festivais.

O primeiro festival ocorreu do dia 24 de julho à 1 de agosto, o evento foi realizado com grande sucesso e, posteriormente, configurou-se como um dos mais importantes eventos de promoção musical do país. “De 1970 em diante, como se fora uma verdadeira competição, cada Festival de Inverno realizado sempre procurou suplantar o anterior em expressão artística, a ponto de os Festivais de Inverno de Campos do Jordão se acharem incluídos no Calendário Musical do Brasil.” (1986, p. 686). Nesse sentido, o evento tornou-se uma das maiores marcas da cidade, enquadrando-se como uma das principais propagandas para a visitação e para o turismo de Campos do Jordão.

Em âmbito nacional, o turismo era encarado como uma atividade indispensável para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira vivenciava os anos de chumbo com a Ditadura Militar, é durante a década de 1970 que a prática turística ganha um enfoque maior, sendo discutida e visualizada como um importante nicho econômico. “A década de 1970 foi bastante produtiva no que diz respeito às discussões sobre o turismo. Iniciaram-se os primeiros eventos científicos na área, que discutiam a realidade turística brasileira, o mercado de trabalho e as necessidades do setor [...]” (MÜLLER *et al*, 2011, p.696).

Percebe-se que, novamente, o incentivo e investimento da prática turística em Campos do Jordão resulta de medidas e ações vindas de instâncias macro. Dentro desse contexto, de crescimento do setor turístico, temos a inauguração dos primeiros cursos superiores de Turismo, sendo a Faculdade de Turismo de Morumbi, de São Paulo, a pioneira na área. Segundo Trigo,

Foi neste contexto, rico em crises e sonhos, que a educação em turismo foi implantada no Brasil. Um novo curso para um país promissor que se descobria herdeiro das benesses do futuro, um curso que encontrava sua vocação plena em um paraíso tropical repleto de belezas naturais ainda intocadas; enfim, o país do futuro encontrava a profissão do futuro. (2000, p. 245)

Como apontado por Trigo, o turismo além de ser uma importante engrenagem na economia, também era visto como a profissão do futuro. É interessante perceber que enquanto o Brasil vivenciava seu pior período dentro da ditadura militar, na qual a violência, a censura e a repressão eram suas principais características; sua imagem vendida ao exterior era mascarada ao máximo. Nesse sentido, podemos aferir que o incentivo ao turismo e a venda de uma imagem “democrática” eram algumas das ferramentas utilizadas para tal ato, segundo Müller *et al* “Para atrair esses turistas estrangeiros a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), criada pelo

Decreto-Lei 55 de 18 de novembro de 1966, investiu na divulgação positiva da imagem do Brasil no exterior, exaltando a cidade do Rio de Janeiro, o carnaval e a mulher.”(2011, p. 693)

Durante esse período, o turismo passou a ser encarado como uma atividade econômica e profissional séria, é perceptível a preocupação de organizar e sistematizar os conhecimentos sobre a atividade turística no Brasil, ao mesmo tempo, fazia-se necessária a qualificação da mão-de-obra. A partir da década de 1970 e até meados da década de 1980, antes da crise do petróleo e das consecutivas crises econômicas vivenciadas pelo país, percebemos esforços para a abordagem responsável do turismo, fugindo dos amadorismos praticados em décadas anteriores.

Em uma caminhada de décadas, a prática turística no Brasil conseguiu instituir-se como um importante setor para a economia do país e, em um sistema de retroalimentação, passou a ser valorizada e apoiada pelos setores políticos. Ao longo de todo esse processo, ocorreram diversas experimentações, nas quais a apropriação de recursos naturais, como o clima e paisagem, transformaram-se nos principais objetos de consumo. A década de 1970, trouxe novas experiências para o turismo de Campos do Jordão.

Com o sucesso do primeiro Festival de Inverno, nos anos posteriores o evento tornou-se marca da temporada de inverno da cidade. Com grandes espetáculos e a presença de personalidades ilustres, os festivais passaram a movimentar todos os setores da cidade. Campos do Jordão conseguiu se projetar como um dos mais importantes destinos turísticos do Brasil, por meio de vários investimentos no ramo hoteleiro, em propagandas e nas atividades turísticas, a cidade conseguiu transformar sua imagem. Com a consagração do turismo como principal atividade do território jordanense, a memória de cidade sanatorial foi paulatinamente sendo esquecida.

Campos do Jordão transformou seu território, adequando sua arquitetura aos moldes europeus, a “Suíça brasileira” organizou-se de maneira a propiciar aos seu visitantes a sensação de fuga do caos urbano e o acolhimento pelas montanhas. Ao mesmo tempo que sua imagem foi projetada por indivíduos envolvidos com o setor político e turístico, podemos aferir que seus visitantes também colaboraram com esse processo. A venda imagética da cidade como um “pequeno espaço fora da Europa” pelos meios de comunicação, como os jornais, revistas e cinema, foi comprada pela elite paulista, sendo repassada posteriormente as novas camadas sociais que passaram a frequentar a cidade. Segundo o sociólogo britânico John Urry,

Os lugares são escolhidos para ser contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não-turísticas, tais como cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam o olhar. (2001, p.18)

Dessa forma, o consumo e a apropriação turística de Campos do Jordão fizeram parte de uma experimentação em escala nacional, visto que a cidade foi impactada pelas diversas ações políticas destinadas ao turismo, ao mesmo tempo que foi resultante de ações e interesses locais. Sua imagem elaborada sob o objetivo de proporcionar aos visitantes experiências de fuga da realidade e de usufruir da natureza, proporcionaram a construção do olhar do turista em relação a cidade, criando um ambiente de diferenciação e fantasia, remetendo através da cenarização e da tematização da arquitetura a sensação de estar em outro país.

A necessidade de organização dessa atividade econômica, que desde a década de 1930, vinha se fortalecendo e ganhando seu espaço, demonstra que o turismo se tornou prioridade em nível nacional. Campos do Jordão, que já em seus primórdios a prática turística era encarada como um dos seus potenciais, transformou-se em um grande centro turístico do Brasil. Em 1978, ocorreu um dos marcos principais do turismo da cidade, através da Lei nº 1844 de 17 de novembro, as estâncias hidrominerais foram transformadas em estâncias turísticas. O turismo pode enfim consolidar suas bases em Campos do Jordão.

## **Considerações Finais**

O presente estudo possibilitou uma análise aprofundada sobre a transformação e consolidação da imagem turística da cidade de Campos do Jordão. Através dele, buscamos compreender a dinâmica existente entre os diversificados eventos e ações que contribuíram e compuseram a prática do turismo, em um primeiro momento, em escala global e, no segundo momento, em escala nacional e regional. Campos do Jordão, possui como primeiro evento, que possibilitou sua origem e a prática turística, a busca pelo tratamento da tuberculose.

A tuberculose, assim como outras doenças, e todos seus atores envolvidos, como médicos, políticos e a própria elite, possibilitaram a reconfiguração e transformação de diversos espaços. Ao longo da história, a patologia foi analisada e tratada de diversas formas, por muitas vezes ligada aos lugares ou aos excessos da vida boêmia. Entretanto, com os avanços da medicina, novas formas de perceber a doença e tratamentos surgiram.

A climoterapia, corrente médica que assegurava que o tratamento de diversas doenças poderia ser feito por meio das qualidades climáticas de determinados territórios, possibilitou a busca pela montanha e seus usos. Dessa forma, a invenção da montanha e suas características terapêuticas proporcionou o surgimento de cidades, dentre elas, a pequena Campos do Jordão, que vivenciou ao longo das décadas a transformação e reconfiguração de seu território e de sua imagem.

Estudar a história de Campos do Jordão, permitiu uma análise micro do contexto global e a percepção de como ações tomadas em escala macro, repercutiram em território jordanense. O turismo, como atividade social e tal qual conhecemos hoje, surge ligado a práticas elitistas, juntamente, com a invenção do gosto pela montanha, que oscilou ora pela busca por lazer ou por saúde.

O desdobramento de estância sanatorial para estância turística, não deve ser entendido como algo natural, mas como uma articulação de interesses pessoais e políticos. Os avanços na medicina possibilitaram o combate efetivo contra a tuberculose, da mesma maneira, o vínculo entre a “elite local” e a política, destacando-se a figura de Adhemar de Barros, foram fatores decisivos para a fomentação da prática turística.

Nesse processo, destacamos como ações no campo político impactaram diretamente o turismo, destacando o governo Vargas e a Constituição de 1934, com as leis trabalhistas, que facilitaram a popularização do turismo no Brasil. Dessa forma, foi possível averiguar como as relações de poder e a organização do trabalho durante o século XX, incentivaram e estruturaram o turismo em território brasileiro.

A presente pesquisa possibilitou a compreender o desenvolvimento da atividade turística, da chamada “mentalidade turística” e de sua prática como atividade econômica. A transformação do território e da imagem de Campos do Jordão, ao mesmo tempo, averiguamos diversos eventos que favoreceram a propaganda e a consolidação do turismo. Ao longo da pesquisa, foi perceptível constatar como o espaço geográfico e a imagem articulada a cidade foram transformadas e reorganizadas como forma de atender às novas necessidades que o turismo exigia.

Conclui-se que essas reflexões só foram possíveis por considerarmos a cidade e seu espaço como produtos históricos, resultantes das necessidades e dos comportamentos coletivos. O espaço como construto humano, advém de ações e interesses de grupos sociais; o território jordanense e a consolidação da prática turística, decorreu de interesses individuais e políticos, fatores que possibilitaram a formação e a concretização do espaço que, atualmente, entendemos como Campos do Jordão.

## Referências

- ALMEIDA, José Guilherme de. **A (in) sustentabilidade do turismo no entorno de Campos do Jordão - SP**. 2006. 106 f. Tese (Doutorado em Propaganda e Publicidade, Relações Públicas e Turismo) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-05072009-175829/publico/715992.pdf>> Acesso em 24 de jul. de 2020
- BERTOLLI FILHO, Claudio. **História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- BRAMBATTI, Luiz Ernesto. O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: uma análise conceitual. **XII Seminário Anual da ANPTUR**, 2015. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/43.pdf>> Acesso em 30 de maio de 2020.
- CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera; COHN, Amélia; BRANDÃO, Ana Laura. Trajetória histórica da organização sanitária da Cidade do Rio de Janeiro: 1916-2015. Cem anos de inovações e conquistas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1351-1364, 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000501351&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000501351&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 19 de set. de 2020.
- CASTROGIOVANNI, A.C. O lugar da geografia no entre lugar do espaço turístico. Uma viagem complexa que ainda continua. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo**. v.1, nº0, 2009. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/359/298>> Acesso em 20 de set. de 2020.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. **Anais América Latina : cidade, campo e turismo**, Buenos Aires: CLACSO/Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/35163839.pdf>> Acesso em 29 de ago. de 2020.
- DAZZI, Camila C.; JOAQUIM, Sandy A. C. A construção de uma história: Projetos de desenvolvimento e divulgação do turismo brasileiro. **E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP**, nº 5, maio de 2017. Disponível em: <[https://www.iscap.pt/cei/e-rei/n5/artigos/Camila-Dazzi\\_A-Construcao-de-uma-Historia.pdf](https://www.iscap.pt/cei/e-rei/n5/artigos/Camila-Dazzi_A-Construcao-de-uma-Historia.pdf)> Acesso em 20 de maio de 2020.
- FRESCA, Camila. **Festival de Inverno de Campos do Jordão – 50 anos**. São Paulo: Osesp, 2019.
- GUIMARÃES, Valéria Lima. O turismo brasileiro nas páginas dos jornais paulistanos Folha da Manhã e Folha da Noite (1930-1945). *In*: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org.). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. cap. 12, p. 211-228.
- HAMMERL, Priscyla Christine. **Por uma Cidade Turística: Formação e Transformação Territorial da Estância de Campos do Jordão (SP) - (1911-1966)**. 2016. 276 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC,

Santa Cruz do Sul - RS. Disponível em:

<<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1279>> Acesso em 21 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Campos do Jordão (SP): de estância de saúde a estância turística. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org.) **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. cap. 9, p.165-176.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em <<https://static.scielo.org/scielobooks/3dz/pdf/henrique-9788523209117.pdf>> Acesso em 12 de jul. 2020.

KOZAKEVICH, Gabriel Vilella; SILVA, Rosemeri Maurici da. Tuberculose: Revisão de literatura. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, [S.l.], v. 44, n. 4, p. 34-47, set. 2016. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/46/42>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MACIEL, M. S. *et al.* A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. **Rev. Bras. Clín. Med.**, São Paulo, v. 3, n. 10, p.226-30, mai-jun, 2012. Disponível em <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=621492&indexSearch=ID>> Acesso em: 25 de jan. de 2020.

MASTROMAURO, Giovanna Carla. A liga paulista contra a Tuberculose e o Dispensário Clemente Ferreira. A propaganda sanitária e o discurso da construção dos Sanatórios no Estado de São Paulo (1900 – 1930). **ANPUH- XXVII Simpósio Nacional de História**, julho de 2013. Disponível em <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364747454\\_ARQUIVO\\_MastromauroGiovanna.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364747454_ARQUIVO_MastromauroGiovanna.pdf)> Acesso em: 28 de mar. de 2020.

MULLER, D. et al. O Despertar do Turismo no Brasil: a década de 1970. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 1., 2011, Algarve. Anais... Algarve: Book of Proceedings, 2011. p. 692-700.

PAIXÃO, Dário. **1930 – 1945 A verdadeira Belle Époque do turismo brasileiro: o luxo e os espetáculos dos hotéis-cassinos imperam na era getulista**. Análise Regional e Global do Turismo. São Paulo: ROCA, 2005.

PAIVA, Ricardo Alexandre; VARGAS, Heliana Comin. Os agentes produtores e consumidores do "Espaço Turístico". **Anais IIIº CINCC**, São Paulo: FAUUSP/LABCOM, 2010. Disponível em <[https://www.researchgate.net/profile/Ricardo\\_Paiva10/publication/336839060\\_Os\\_agentes\\_produtores\\_e\\_consumidores\\_do\\_espaco\\_turistico/links/5db5f4af92851c577ecec06f/Os-agentes-produtores-e-consumidores-do-espaco-turistico.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ricardo_Paiva10/publication/336839060_Os_agentes_produtores_e_consumidores_do_espaco_turistico/links/5db5f4af92851c577ecec06f/Os-agentes-produtores-e-consumidores-do-espaco-turistico.pdf)> Acesso em 29 de ago. de 2020.

PAULO FILHO, Pedro. **História de Campos do Jordão**. Aparecida - SP: Santuário, 1986.

PÔRTO, Ângela. Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, supl. 1, p. 43-49, set. 2007 Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102007000800007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000800007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 jan. 2020.

ROCHA, Edmundo Ferreira da. **Fotografias que contam a história de Campos do Jordão**, s.n.t. Disponível em: <http://www.camposdojordaocultura.com.br/>> Acesso em 17 de nov. de 2020.

ROSEMBERG, José. Tuberculose: Aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação. **Bol. Pneumol. Sanit.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-29, dez. 1999. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-460X1999000200002&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-460X1999000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 18 jan. 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

SÃO PAULO. Lei nº 1833, de 24 de dezembro de 1921. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, São Paulo, SP, p.153, 11 jan.1922. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1921/lei-1833-24.12.1921.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto -Lei nº 11.891, de 19 de março de 1941. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, São Paulo, SP, p. 1, 19 mar. 1941. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/lei/1941/decreto.lei-11891-19.03.1941.html>. Acesso em: 14 jun. 2020.

TASSI, Rafael P. Corrêa; PRADO, Marla Michelle N. P.; HERING, Cássia Bars. Identificação de bens históricos móveis. Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ. **IV Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico - MAST**. Rio de Janeiro, 2016, p. 148-178, outubro de 2016. Disponível em <[http://site.mast.br/hotsite\\_anais\\_ivsppa/pdf/01/08%20Artigo\\_Bens\\_Historicos\\_E\\_F\\_Campos\\_do\\_Jordao%20corrigido%20marla.pdf](http://site.mast.br/hotsite_anais_ivsppa/pdf/01/08%20Artigo_Bens_Historicos_E_F_Campos_do_Jordao%20corrigido%20marla.pdf)> Acesso em 4 de abril de 2020.

TAVEIRA, M. Capital Turístico e as Teorias Sociais de Marx, Bourdieu e Putnam. **Revista Turismo em Análise**, v. 27, n. 1, p. 4-21, 30 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/108323>> Acesso em 18 de jul. 2020.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A importância da educação para o turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (org.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 243 – 255.

URRY, John. O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Carlos Eugênio Marcondes de Moura (Trad.) 3. Ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VIANNA, Andrea Almeida. Turismo, patrimônio e propaganda: ferramentas a serviço da autocracia na Era Vargas. In: Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2015, Natal. **Anais do Seminário ANPTUR**, 2015. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/21.pdf>> Acesso em 24 de maio de 2020.